



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO EM CIÊNCIAS E
SAÚDE - PPGECS**

KEILA BARROS MOREIRA

**VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO
COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
PERSPECTIVA DA ESCOLA**

**Palmas, TO
2023**

Keila Barros Moreira

**VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO
COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA
ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Ensino em Ciências e Saúde Orientador (a): Dra. Leidiene Ferreira Santos.

**Palmas, TO
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B277v Barros Moreira, Keila.
VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO
COMPORTAMENTO: DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA
PERSPECTIVA DA ESCOLA. / Keila Barros Moreira. – Palmas, TO,
2023.

86 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Ensino em Ciências e Saúde, 2023.

Orientador: Dra. Leidiene Ferreira Santos

1. Saúde mental infantojuvenil. 2. Violência infantojuvenil. 3.
Educação. 4. Saúde. I. Título

CDD 372.35

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

KEILA BARROS MOREIRA

**VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO
COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA
ESCOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde foi avaliado para a obtenção do título de Mestre (a) em Ensino em Ciências e Saúde e aprovada(o) em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/09/2023

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Leideiene Ferreira Santos, UFT
(Orientadora)

Prof^a. Dra. Lisiane Costa Claro, UFT

Prof^a. Dra. Ruth do Prado Cabral, CEULP/ULBRA

AGRADECIMENTOS

Muitas coisas me atravessam agora... Tudo está um pouco confuso, mas, no meio de tudo, distingo o sentimento intenso/imenso de GRATIDÃO... Gratidão pelos encontros, caminhos e aprendizados absorvidos no mestrado!!

Agradeço inicialmente a Deus, que tenho como guia e bússola. Gratidão aos meus pais, Jorge e Joana, exemplos, esteio e suporte incessante, só consigo ser quem sou, por que vocês foram antes de mim, e desbravaram caminhos de oportunidades. Aos meus amados irmãos: Nonato, Leomar, Virginia, Cleiber, Leila, Leivinha e Lênia, vocês são exemplos, inspiração e estímulo irrestrito. Agradeço aos tios, primos, cunhados, cunhadas, sobrinhos, genro, vocês foram importante fonte de apoio em mais essa conquista! Amo muito todos vocês!

Obrigada ao meu amor, parceiro de vida, meu Cheiro (vulgo José, rsr), seu colo, estímulo, respeito e cumplicidade me permitem ser quem sou, sonhar e realizar, amo-te e admiro imensamente! Muito obrigada minhas meninas: Luana, Emanuelli e Vitória, muito do que faço é buscando ser melhor para vocês, fico imensamente feliz pelas mulheres que têm se tornado, obrigada pelo amor, respeito e estímulos, amo-lhes sem medidas!! Obrigada por SEMPRE estarem ao meu lado e por me escolherem!!

Agradeço imensamente aos amigos que me estimularam, foram muitos... Especialmente Joyce, sem você não estaria aqui, grata por acreditar e me estimular, por todo apoio e suporte. Cristina, Ana Carolina e Thaís, obrigada pelo estímulo, por revisarem e contribuírem na pesquisa inicial. Bruna e Janete, por aceitarem meu convite e construírem comigo um produto para atender demandas distinguidas na pesquisa, que será entregue para os professores. Agradeço imensamente a professora Leide que generosamente e de maneira potente muito contribuiu no projeto inicial. Vocês TODAS são maravilhosas, inspiradoras e competentes. Estendo os agradecimentos a todos os amigos, que direto ou indiretamente me estimularam e apoiaram! Obrigada por serem referência e suporte. Amigos são anjos que escolhemos, que bom tê-los no meu caminho, amo vocês!

Um agradecimento especial à UMA/UFT, seus coordenadores, colaboradores e principalmente as pessoas idosas/alunos da instituição, as contribuições e aprendizados do período de convívio e docência são inenarráveis.

Agradeço aos clientes que me inspiram ao constante aprimoramento e aperfeiçoamento de minha práxis! Vocês são importantíssimos no meu caminhar!

Agradeço a professora e coordenadora Andréa Ayres, pelo convite e oportunidade de ministrar disciplina no Curso de psicologia da UNINASSAU. E agradeço aos acadêmicos, curiosos, questionadores e participativos que potencializaram o meu desejo pela docência.

Gratidão aos mestres: Hérica, Fernando, Ladislau, Luís Sinésio, Eliane, Elaine, José Lauro, Lisiane, Janeisi, Marcus, Daniele e Mirian. Estendo os agradecimentos a todos os mestres que contribuíram em toda a minha formação!!

Minha eterna gratidão, pelo aprendizado compartilhado, pelos questionamentos provocados e por ampliarem o meu conhecimento, visão de mundo e possibilidades de existir nele...

Agradeço aos colegas mestrandos pelas trocas, inspiração e rico período de convívio. Gratidão à coordenação e bolsistas/atendentes da coordenação do programa, pela paciência e eficiência que sempre me atenderam!

O que dizer da minha orientadora, professora Leidiene... Você representa a acepção legítima de mestre na concepção Freiriana, é extremamente competente, criativa, dedicada, mas principalmente humana, enxerga de cá, a pessoa, não só a mestranda que 'tem que produzir', estimula e orienta sem direcionar, respeitando singularidades e estimulando protagonismo e autonomia... sua sensibilidade e empatia certamente são responsáveis por não ter desistido, por estar fechando esse ciclo hoje... Minha eterna admiração e gratidão querida mestre... Todo mestrando merece uma Leidiene no seu caminho!!

Agradeço a banca examinadora, composta por mulheres competentes e inspiradoras, as doutoras Lisiane Claro e Ruth Cabral. As contribuições de vocês foram fantásticas!!

Lisiane que também foi minha professora no mestrado, e de forma competente, dedicada e sensível, marcou profundamente minha formação, muito que aparece nesse trabalho é fruto das suas provocações e da professora Eliane Marques, minha eterna gratidão! Só GRATIDÃO A TODOS!!!

O mestrado não é um caminho fácil, isso já sabia, seria uma selva a desbravar, e desbravei... Acrescentei ele em uma rotina apertada que já existia, junta-se a isso todos os imprevistos e surpresas que não se prevê. Ensina, CLARO, mas, foi extremamente desafiador percorrer o caminho.

Tive que mudar de orientador, de tema, iniciei pesquisando métodos educativos sobre luto, com idosos, terminei pesquisando a 'VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA'. Temática extremamente importante, com contribuições valiosíssimas, pesquisa que já estava sendo feita pela professora Leidiene e Michelle, grata por incluírem minha participação e pelo trabalho co-construído, de maneira enriquecedora, uma psicóloga, uma enfermeira e uma acadêmica de medicina. Trocar com vocês, assim como com as professoras Ruth e Lisiane foi especial. Vocês me inspiram e me dão esperanças de um mundo mais justo e equânime!!!

Olhando agora, avalio que tudo aconteceu como deveria!! E só tenho GRATIDÃO por tudo que vivi e aprendi!

Dessa forma, finalizo agradecendo a mim, por ter ousado e iniciado o mestrado ainda no período pandêmico, por ter superado cada desafio, por ter acreditado no meu potencial e capacidade de realizar e chegar onde desejava, houveram situações que questioneei TUDO...quase desisti, o que me segurou, além da rede citada anteriormente, foi o desejo de mostrar para Keila criança/menina, estudante de escola pública no ensino básico, fundamental e médio (Com todas as potências e dificuldades que isso significa) que é possível...

E claro, só foi possível, porque tive oportunidade, rede de apoio e condições, só querer infelizmente no Brasil desigual, não é o suficiente!!

O coração fica quentinho e realizado por ter seguido meu sonho e pela conquista, que eu não esqueça, posso o que desejar... com dedicação, constância, rede, oportunidade e com boas pessoas ao lado, NÃO SE CONSTRÓI ABSOLUTAMENTE NADA SOZINHA ...

Curta a conquista Keila/menina e não esqueça de aproveitar o caminho... Amo imensamente a mulher que tem se tornado, com suas luzes e sombras, potencialidades e vulnerabilidades, com sua humanidade...

MUITO OBRIGADA a todos!!

"A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa"

Paulo Freire.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa, em que a amostra foi composta por 260 professores de 11 escolas de tempo integral da zona urbana, da rede municipal de ensino de Palmas -Tocantins. Para a etapa qualitativa foi realizada pesquisa etnográfica, através de grupo focal, com um encontro intersubjetivo onde os interlocutores estão em posições simétricas, e se subtrai do pesquisador sua tradicional posição hierárquica, as análises foram a partir da Análise de Conteúdo de Bardin. Para a etapa quantitativa, foi realizada pesquisa analítica transversal, através da aplicação de questionário. Como resultados da etapa qualitativa, houve a distinção da categoria *Reflexos da pandemia no universo escolar*, a partir da qual foi possível evidenciar por parte dos alunos, um sentimento de estranheza com o ambiente escolar no retorno das atividades; o medo da morte/vivência do luto; afetação na saúde mental; o uso excessivo de telas e a violência que passou a fazer parte do cotidiano da escola. Já na etapa quantitativa, destaca-se o aumento expressivo da violência no retorno pós pandemia para o ambiente escolar. Insta frisar que as professoras da amostragem, tinham mais de cinco anos de experiência na docência, pré-requisito que possibilitou avaliar o contexto escolar anterior e posterior a pandemia. Os achados sinalizam uma urgência em realizar mais pesquisas para entender melhor os impactos da pandemia não só nos discentes, mas também nos professores e equipe escolar, para a elaboração de ações sistemáticas que possibilitem o enfrentamento e superação desses impactos. NÃO podemos ignorar ou fechar os olhos, menos ainda individualizar questões complexas como a violência e saúde mental, levando em consideração questões de gênero, raça, econômicas entre outras que diferenciam afetações e exigem ações equânimes. Para isso, torna-se extremamente necessário uma equipe multidisciplinar, com psicólogos, assistente social e outros profissionais que se façam necessários para trabalhar de forma contextualizada e personalizada, temáticas como a saúde mental, qualidade de vida, relações interpessoais, cultura de paz e luto com os atores do cenário escolar.

Palavras-Chave: Saúde mental infantojuvenil; Violência infantojuvenil; Educação; Saúde.

ABSTRACT

This is a qualitative and quantitative research, in which the sample was made up of 260 teachers from 11 full-time schools in the urban area, in the municipal education network of Palmas - Tocantins. For the qualitative stage, ethnographic research was carried out, through a focus group, with an intersubjective meeting where the interlocutors are in symmetrical positions, and their traditional hierarchical position is removed from the researcher. The analyzes were based on Bardin's Content Analysis. For the quantitative stage, cross-sectional analytical research was carried out, using a questionnaire. As results of the qualitative stage, the category Reflections of the pandemic in the school

universe was distinguished, from which it was possible to highlight on the part of the students, a feeling of strangeness with the school environment upon returning to activities; fear of death/experience of grief; affect on mental health; the excessive use of screens and the violence that became part of daily life at school. In the quantitative stage, the significant increase in violence in the post-pandemic return to the school environment stands out. It is important to emphasize that the teachers in the sample had more than five years of teaching experience, a prerequisite that made it possible to evaluate the school context before and after the pandemic. The findings signal an urgency to carry out more research to better understand the impacts of the pandemic not only on students, but also on teachers and school staff, to develop systematic actions that make it possible to face and overcome these impacts. We can NOT ignore or close our eyes, much less individualize complex issues such as violence and mental health, taking into account issues of gender, race, economic issues, among others that differentiate affects and require equitable actions. To achieve this, a multidisciplinary team is extremely necessary, with psychologists, social workers and other professionals who are needed to work in a contextualized and personalized way, on topics such as mental health, quality of life, interpersonal relationships, culture of peace and mourning. with the actors from the school scene.

Keywords: Child and adolescent mental health; Child and adolescent violence; Education; Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipos de Violência.

Figura 2 – Depoimentos dos participantes do grupo Focal. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos participantes/professores de escolas municipais de tempo integral. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=245)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Opinião dos professores sobre o comportamento dos alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 2 – Opinião dos professores sobre as relações interpessoais de alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 3 – Opinião dos professores sobre mudanças no comportamento de alunos em relação a violência após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 4 – Opinião dos professores sobre aumento no número de casos de violência praticados por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 5 – Opinião dos professores sobre aumento no número de casos de violência praticados por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 6 – Opinião dos professores sobre aumento na gravidade dos casos de violências implementadas por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 7 – Opinião dos professores sobre aumento nas situações de violência à profissionais da escola implementadas por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Gráfico 8 – Opinião dos professores sobre aumento da agressividade em alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).

Sumário

1 – INTRODUÇÃO.....	8
2. OBJETIVOS.....	11
3 – REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
3.1 - A CRIANÇA AO LONGO DO TEMPO.....	12
3.1.1- A criança e adolescente na contemporaneidade.....	16
3.2 – CONCEITUANDO E CLASSIFICANDO A VIOLÊNCIA.....	21
3.2.1 - Violência Infantojuvenil.....	23
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	27
4.1 - ETAPA QUALITATIVA.....	27
4.1.1 - Sujeitos e coleta dos dados.....	28
4.1.2 - Análise dos dados.....	30
4.2 - ETAPA QUANTITATIVA.....	31
4.2.1 - Sujeitos, coleta de dados e análises.....	31
4.3 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO.....	32
4.4 - ASPECTOS ÉTICOS.....	32
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	33
5.1 ETAPA QUALITATIVA – CATEGORIA: REFLEXOS DA PANDEMIA NO UNIVERSO ESCOLAR.....	33
5.2 ETAPA QUANTITATIVA.....	41
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES.....	65
ANEXO 1 – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA.....	81

1 – INTRODUÇÃO

A violência infantojuvenil é uma crise de saúde pública que afeta todas as demografias e pode resultar em morbidade e mortalidade significativas (Su et al., 2021). Ainda assim, permanece como fenômeno socialmente aceito e enraizado à rotina de muitas famílias, corroborando com sua invisibilidade e dificuldades para implementação de intervenções capazes de interromper seu ciclo (Santos et al., 2019).

Destaca-se que durante a pandemia da Covid 19¹, diversos fatores contribuíram com o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, especialmente no cenário doméstico. No nível social, destacaram-se a erosão de suporte social, especialmente o escolar e questões estruturais relativas à desigualdade de gênero; no nível comunitário, a competição pelos poucos recursos, principalmente na área da saúde, funcionamento parcial de muitos serviços de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, bem como a redução das relações sociais corroboraram para aumentar o risco de violência; no nível relacional, destacaram-se a sobrecarga de trabalho, o estresse dos pais devido às múltiplas tarefas e ao momento que estavam vivendo (Marques et al., 2020).

Pontua-se que o aumento do tempo de convivência, bem como das tensões nas relações interpessoais, configurou-se em fatores que tornaram mais frequentes os episódios de violência contra criança e adolescente. No nível individual, identificou-se doenças mentais preexistentes e sua possibilidade de agravamento com o contexto, o que contribuiu com dificuldades na capacidade de lidar com conflitos e reduziu a supervisão parental (Marques et al., 2020).

Outro ingrediente que tencionou as relações familiares e interpessoais, foram questões políticas e ideológicas no período de 2018 a 2022, atravessando diversas dimensões da vida pública e privada, causando conflitos e rupturas (Santos et. al. 2020).

Registra-se que apesar de informações sobre o aumento nos casos de violência doméstica em diferentes países do mundo, durante a Covid 19

¹ Em 30 de janeiro de 2020, a [OMS declarou que o surto do novo coronavírus](#) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em fevereiro de 2020, a Pandemia de COVID 19 começa a afetar o Brasil com a confirmação do primeiro caso.

(Pacheco et al., 2021; Steinberg, 2021), em pesquisa realizada na região Sul do país identificou redução de 70% na notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes durante o período de maior índice de distanciamento social na região, de março e abril de 2020 (Levandowski et al., 2021). Nota-se, assim, que há fragilidade em relação aos registros das violências perpetradas contra a criança e adolescente (Cappa et al., 2021; Mathew, Iswarya, Paul.,2020; Santos et al., 2020).

No contexto da Covid 19, destaca-se como efeito do distanciamento social, a subnotificação de violência entre crianças e adolescentes, ressaltando a necessidade de planejamento e ações intersetoriais - como saúde, proteção social, justiça e segurança pública, rápidas e específicas com o objetivo da garantia dos direitos deste grupo de indivíduos (Levandowski et al., 2021).

Registra-se que a Constituição Federal Brasileira prevê amparo às crianças e adolescentes, deliberando ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade, os direitos: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de deixá-las a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Nota-se, entretanto, que nem sempre esse direito está efetivamente garantido. Apesar dos esforços para a sua prevenção, as agressões infantojuvenis ainda se configuram em realidade alarmante. Em diferentes partes do mundo, crianças e adolescentes estão expostos a inúmeras formas de violência que os colocam em risco de morte (UNICEF, 2019), situação que foi agravada pelo contexto da Covid 19 (Cappa et al., 2021).

A violência doméstica tem sido também uma questão de saúde pública, agravada pela epidemia de Covid 19. O confinamento domiciliar levou ao contato constante entre agressores e vítimas, resultando em aumento da violência e diminuição de denúncias. Para minimizar tais problemas, são necessárias medidas de prevenção e programas de apoio articulados entre as esferas governamentais, atores e rede de serviços que atendem tal demanda (Kourti et al., 2021).

Considerando o resultado de pesquisas em diversos países, que evidenciaram aumento dos abusos a crianças e adolescentes na pandemia

pela Covid 19 (Howard-Jones et al., 2021; Kourti et al., 2021), a seguinte questão norteou essa pesquisa: *Houve mudanças diante do isolamento social motivado pela Covid 19, no que se refere ao comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar, considerando o fenômeno da violência?*

Os achados apontam uma afirmativa para esse questionamento. Espera-se, a partir das percepções de atores sociais que atuam no cenário escolar, dar visibilidade às demandas contemporâneas das crianças, adolescentes e professores, em relação a aspectos relacionais, de saúde, bem-estar e de prevenção e manejo da violência.

Buscou-se contribuir para a “re”construção de estratégias de proteção e promoção da saúde, por profissionais que atuam na rede de proteção à criança e adolescentes, e no contexto da educação, direcionadas às reais demandas desses grupos, justificando-se, assim, a relevância científica e importância social dessa pesquisa.

2. OBJETIVOS

Geral:

Analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação à violência, após isolamento social pela COVID 19.

Específicos:

- Identificar mudanças no comportamento de crianças e adolescentes, no cenário escolar, em relação a violência, após isolamento social pela COVID 19;
- Verificar mudanças nas relações interpessoais de crianças e adolescentes após isolamento social em virtude da COVID 19;
- Descrever vivências de alunos e professores após isolamento social em decorrência da COVID 19

3 – REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - A CRIANÇA AO LONGO DO TEMPO

A criança ocupou diferentes posições na sociedade, ao longo da história. E as transformações vivenciadas ocasionaram impactos no seu desenvolvimento e indicadores de saúde. E finalmente, em nossa história mais recente, a criança foi considerada sujeito de direito, com particularidades específicas (Melo, 2021; Araújo et al, 2014).

No século XI na esfera mundial, a criança era vista como um adulto em miniatura, sem levar em consideração nenhuma especificidade desse período da vida, percepção concatenada com o contexto da época (Ariès, 1986).

Tratando-se de Brasil, desde os primórdios da colonização, os cuidados e a nutrição das crianças ricas eram delegados às amas de leite, os filhos de escravos e pobres eram nutridos para trabalharem. Assim, eram vistas geralmente como 'investimento' para promover bons casamentos/negócios ou como 'mão de obra' (Araújo et al. 2014).

As crianças indígenas eram 'domesticadas', utilizadas como intérpretes e catequizadoras dos adultos, por serem consideradas 'almas menos duras'. O castigo físico e a privação de alimentos eram utilizados para correção e 'educação' (Baptista, 2006; Cruz, Sarat, 2015).

Ariès (1986), aponta a naturalização do castigo físico imposto às crianças em séculos anteriores à Idade Média, justificados pelos provérbios bíblicos.

Havia também, uma aceitação social ao abandono infantil, que somado às questões precárias de higiene e saúde, ocasionava em alto índice de mortalidade infantil. Até o início do século XX, a assistência à criança era ofertada por ações de caridade cristã e da filantropia, como as Casas dos Enjeitados e Roda dos Expostos, onde os recém-nascidos, pobres ou bastardos eram abandonados, o índice de mortalidade das crianças assistidas também era altíssimo (Araújo et al., 2014; Cruz; Silva; Christoffel; Souza, 2005; Baptista, 2006).

Era comum acordos de casamento serem feitos pelos pais, com os filhos ainda menores, e os casamentos acontecerem na infância, ou seja, precocemente as crianças precisavam lidar com situações da vida adulta

(Campolina, 2007; Baptista, 2006), havendo uma supressão natural, da adolescência, por não ser um período do desenvolvimento reconhecido até então (Ariès, 1986).

Somente em 2019, com a Lei Nº 13.811, de 12 de março, foram suprimidas as exceções legais permissivas ao casamento infanto-juvenil (Brasil, 2019). Entretanto, apesar da referida legislação, dados atuais evidenciam que o casamento/relacionamento amoroso/sexual com menores de idade ainda ocorrem, bem como são naturalizados/aceitos socialmente em muitos contextos. De acordo com dados do Sistema Único de Saúde - SUS, por hora, nascem 44 bebês de mães adolescentes no Brasil (Brasil, 2023).

Foi especialmente no século XVIII, que se fortaleceu o discurso sobre a infância, como um momento da vida que deveria ser protegido em múltiplos aspectos. Houve um aumento de investimentos na escolarização das crianças e democratização do acesso à escola ao longo do século XIX (Baptista, 2006).

Ariès (1986), aponta que na transição do século XVIII para o XIX, a percepção de criança foi se modificando gradativamente, o que permitiu consolidar a infância como etapa da vida, com particularidades e necessidades distintas. Fato ocorrido não por acaso, concomitantemente com a nova organização do trabalho produtivo e com a constituição do modelo de família nuclear.

De 1930 a 1940 houve no Brasil, um programa de disciplina e controle corporal, com particularidades dirigidas a crianças e jovens. Especialistas de diferentes campos, influenciados pelo projeto nacional do Estado Novo e da política econômica industrialista, atendendo aos interesses coletivos, que defendiam a instrumentalização e o controle dos corpos, atuavam na intenção de formar corpos fortes, disciplinados, dóceis, úteis e produtivos (Miranda; Cardozo, 2020).

Ariès (1986) aponta que, a criação dos conceitos de infância e adolescência foi uma invenção da sociedade industrial, relacionada às leis trabalhistas e sistema educacional que colocou a criança/jovem dependentes dos pais. A criança foi sendo diferenciada do adulto, e eximida da obrigação do trabalho e de responsabilidades que foram transferidas aos seus pais/cuidadores, que teriam que trabalhar/produzir para arcarem com suas

responsabilidades como provedores e cuidadores de sua família, promovendo uma educação que preparasse os filhos para o mercado de trabalho.

Já para Stearns (2006) a infância sempre esteve presente e apresentou variações distintas que se modificaram pela sociedade ao longo da história, como, por exemplo, a duração do período, características atribuídas à criança, direitos e deveres, papel social, formas de relacionar-se e disciplinar, idade escolar, entre outros fatores.

Heywood (2004) considera simplista a afirmação de Ariès de que em determinada época a infância não era concebida. Para o autor, a concepção da criança/infância não se trata de um processo linear, existe em diferentes contextos, sendo construída por um processo dialético de avanços e retrocessos ao longo da história.

As mudanças ao longo do tempo, sobre a percepção da criança, ocasionaram transformações nas relações e estrutura familiar, onde a criança assumiu novo lugar, de valorização e importância. Houve a transição do cuidado das amas e mães de leite para os pais/cuidadores, posteriormente também para a escola, e para o acompanhamento de diversos especialistas de diferentes áreas como: Psicologia, Medicina, Fonoaudiologia, Pedagogia, dentre outras tantas (Miranda, Cardozo, 2020; Frota, 2007).

O cuidado à criança passou a ser multidisciplinar, dependendo do equilíbrio e suporte às necessidades biológicas, ambientais, sociais, psicológicas e familiares e de tecnologias de cuidado eficientes que promovam sua saúde e bem-estar (Silva, Christoffel, Souza, 2005).

Del Priore (2012) aponta a incoerência histórica entre teoria e realidade, enfatizando a enorme distância entre o mundo infantil orientado pelas Leis, Normas de governos e organizações internacionais e nacionais, e aquele no qual a criança encontra-se quotidianamente imersa, sendo em muitos contextos sobreviventes de realidades extremamente difíceis em múltiplos aspectos, principalmente crianças negras.

Importante destacar também, que as mudanças que possibilitaram enxergar a criança como a concebemos hoje, ocorreu devido às transformações na maneira de pensar nos diferentes momentos da sociedade, que impactam na percepção do que é ser criança, não sendo algo estático,

mas fluido e que se transforma com os avanços sociais (Miranda, Cardozo, 2020; Melo, 2021).

Portanto, devemos manter uma postura aberta e curiosa a essas mudanças e avanços científicos, sem desconsiderar o que já foi vivenciado e nos trouxe até aqui (Bezerra et al, 2014).

No Brasil, houve muitos avanços, Leis e Normas que promulgavam garantias e direitos à infância e adolescência, culminando na criação do Fórum Permanente de Defesa da Criança e do Adolescente - Fórum DCA em 1980 (Baptista, 2006) e na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que teve como marco a definição de que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (p.1).

Outro marco extremamente importante é a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sendo o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente (ECA, 1990), que no Art. 4º, promulga que,

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990/2021, p. 12).

Há dessa forma, uma responsabilidade compartilhada, na garantia dos direitos da criança e adolescente, pela família, governos e a sociedade em geral, o que pressupõe uma solidariedade entre esses atores, que possibilite a transformação da realidade social (Miranda; Cardozo, 2020). O que é reforçado pelo Artigo 1,º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (OMS, 1948).

Apesar do notório avanço e mudanças, como já sinalizado, há realidades difíceis para milhares de crianças e jovens no Brasil e no mundo, que têm seus

direitos violados constantemente, e para os quais as Leis não funcionam (UNICEF, 2021).

Mesmo com a promulgação da Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014, conhecida como Lei do menino Bernardo/Lei da palmada (Brasil, 2014), na qual institui a proibição do castigo físico, os índices de violência contra crianças e adolescentes são alarmantes e assustadores.

O levantamento realizado nos anos de 2009 a 2019, evidenciou que foram registradas no Brasil, 118.499 notificações de violência física doméstica contra crianças e adolescentes, onde os agressores foram: pai, mãe, padrasto e madrasta. A taxa foi de 187 por 100 mil habitantes (Riba; Zioni, 2022).

Já no período de 2015 a 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 (41,2%) crianças e 119.377 (58,8%) adolescentes. Foi identificado um aumento no número de notificações entre 2015 e 2019. No entanto, em 2020, houve um decréscimo, o que possivelmente esteja relacionado com o período mais crítico da pandemia de Covid-19. Porém, em 2021, os números voltaram a crescer e foi o maior do período analisado, com 35.196 notificações (Brasil, 2023).

Nesse sentido, são urgentes ações eficientes e concatenadas com as especificidades desse público, em prol de garantir seus direitos e oportunidades de maneira equânime para que tenham um desenvolvimento saudável e satisfatório.

3.1.1- A criança e adolescente na contemporaneidade

Atribui-se a Rousseau, a diferenciação da criança e do adulto, o autor sinalizou que a criança deveria ser vista com suas singularidades e não como um adulto em miniatura, propondo uma educação que permitisse que a criança fosse compreendida por ela mesma e não a partir das referências dos adultos (Campos; Ramos, 2019).

A infância compreende o período de vida que vai do nascimento até a adolescência. Segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) - criança corresponde a faixa etária de 0 a 9 anos, sendo que a primeira infância, ocorre dos 0 aos 5 anos (Brasil, 2015). Caracteriza-se por uma fase extremamente

dinâmica e rica, na qual o desenvolvimento ocorre, concomitantemente, nos domínios físico, cognitivo e psicossocial.

Segundo Piaget (1974), a infância é dividida em 1ª Infância - de 0 a 3 anos; 2ª Infância - de 3 a 6 anos e 3ª Infância - de 6 a 12 anos. Para o autor, o desenvolvimento pleno, baseia-se em passar pelos estádios sucessivos e pelo conseqüente e gradativo acréscimo de habilidades e aprimoramento dos múltiplos domínios.

Antes a educação tida como 'tradicional' era pautada na hierarquia rígida, restritiva, que exigia obediência e ajuste total dos filhos ao que era ditado pelos adultos, pais, professores etc., o castigo físico e falas ofensivas eram vistas como atitudes necessárias para 'educar', e por tanto naturalizadas e aceitas socialmente (Santos, 2019).

Não havia reconhecimento das emoções, menos ainda espaço para suas manifestações, e uma ênfase na força, no não chorar e em 'dar conta' dos desafios o tempo todo. Havia ainda a diferenciação entre gênero, meninos educados para explorar o mundo, serem proativos e empreendedores, meninas para serem do lar, mães, obedientes e cordatas, essa diferença norteava comportamentos e funções/papéis sociais dos genitores na estrutura da família e na sociedade (Santos, 2019).

Santos (2019), Nelsen (2002) e Rosenberg (1999), destacam que para que os pais consigam romper com o ciclo da educação 'tradicional' precisam desenvolver sua própria educação emocional, para isso pais/cuidadores precisam entender seus comportamentos e emoções, para poderem auxiliar as crianças/adolescentes na validação, nomeação e manejo de suas emoções e comportamentos.

A criança passa a ser vista com suas singularidades, enfatizando a ludicidade, respeitando seu ritmo e tempo de desenvolvimento, validando emoções, permitindo que ela lide com situações desafiadoras como alguém que ainda não tem domínio de seus comportamentos, e que precisa passar por um processo de aprendizado que permita desenvolver a habilidade de modular emoções (Santos, 2019; Nelsen, 2002).

Surgem dessas mudanças, abordagens e/ou teorias contemporâneas coerentes como este novo olhar, que norteiam não somente a relação com a

criança, mas sim, as relações de forma geral. Destaca-se brevemente alguns exemplos.

A Disciplina Positiva, proposta por Jane Nelsen, apresenta um olhar para a criança que acolhe sua integralidade e estimula autonomia e protagonismo. As relações a partir dela, baseia-se em cinco princípios básicos: postura de respeito mútuo, que garanta sentimento de pertencimento, e possibilite uma eficácia a longo prazo, onde se desenvolvem as habilidades socioemocionais, o respeito e reconhecimento dos próprios limites (Nelsen, 2002).

Já a Comunicação Não-Violenta propõe atenção a quatro componentes. Marshall Rosenberg, psicólogo criador do método enfatiza a necessidade da observação sem julgamento e sem conceitos pré-estabelecidos, tal postura inibe comportamentos automatizados e possibilita postura autêntica de acordo com o contexto/situação. O passo seguinte seria identificar o sentimento despertado pela situação vivenciada, nomeando-o e acolhendo-o. Movimento que permite conexão com a vulnerabilidade humana e a diferenciação entre o sentir, o pensar e a interpretação da situação. Inclusive com a multiplicidade de olhares/interpretações diferentes da mesma situação pelos envolvidos (Rosenberg, 1999).

Posteriormente, é preciso reconhecer qual necessidade não está sendo atendida. A consciência desses três componentes vem de uma análise pessoal honesta. O que subsidia a elaboração do pedido, onde pretende-se deixar claro como se sente e o que se espera da outra pessoa, utilizando uma linguagem respeitosa, empática e não julgadora. Trata-se de um pedido e não de uma cobrança ou sentença que o obriga a ser atendido (Rosenberg, 1999).

A relação com a criança e adolescente, a partir dessas abordagens, se dá de forma genuína, embasados por acolhimento, respeito mútuo, conexão, diálogo e empatia. Compreendendo que cada relação e contextos são únicos, não sendo possível replicar formas de educar e gerenciar conflitos (Santos, 2019; Nelsen, 2002; Rosenberg, 1999).

Da mesma forma, respeitando o tempo e ritmo singular de desenvolvimento e constituição da personalidade de cada criança/adolescente. A percepção dos pais/cuidadores sobre si, devem estar embasadas pelos mesmos pressupostos (Santos, 2019; Nelsen, 2002; Rosenberg, 1999).

Papalia e Feldman (2013), apontam que o período de transição entre a infância e adolescência, possivelmente seja um dos mais intenso e desafiadores do desenvolvimento humano, tendo em vista as mudanças, cognitivas, biológicas, físicas, sociais e psicológicas oriundas dessa travessia entre a infância e o adolescer. Mudanças que recebem significados e ritos diferentes a depender da cultura e contexto social.

Com relação a adolescência, segundo a Organização Mundial de Saúde, ela é definida como um período biopsicossocial, que compreende a segunda década da vida, ou seja, dos 10 aos 20 anos (OMS, 1965). Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o período corresponde dos 12 aos 18 anos (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2010).

É atribuído a Erickson (1976), a sistematização e institucionalização do conceito de adolescência, para ele, trata-se de um período especial do desenvolvimento humano, que se caracteriza pela transição entre a infância e a vida adulta.

Na perspectiva sócio-histórica a adolescência “é vista como uma construção social com repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento” (Bock, 2007, p.68), ou seja, trata-se de um período cheio de significados, interpretado e construído pelo homem e pelas mudanças sociais.

Na perspectiva Sistêmica, o processo de individualização do adolescente, onde ele passa a se enxergar como indivíduo singular e, portanto, diferente dos modelos parentais, ocorre de maneira gradativa. Onde o adolescente enfrenta os desafios de começar a assumir responsabilidades pelos seus atos e escolhas, e por outro lado, os pais gradativamente são provocados a delegar responsabilidades, tomando o cuidado para que isso não se torne um distanciamento emocional. Equilibrando as demandas do novo momento com aconchego, acolhimento, aceitação e validação da singularidade do adolescente, exercendo assim, uma autoridade dialogada. Encontrar tal equilíbrio é um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias atualmente (Minuchin, 1990; Fishman, 1996).

Socialmente há uma percepção equivocada do adolescente, visto principalmente como rebelde e difícil. Bock (2007) propõe uma naturalização desse período da vida humana, como é concebida na contemporaneidade, e

alerta que, a forma de lidar com esse público pode contribuir e facilitar seu desenvolvimento, ou impedir e/ou dificultar. Sinaliza assim, a necessária revisão e atualização social sobre a compreensão desse estrato social.

Ao buscar sua individualização, o adolescente questiona a forma que as regras são estabelecidas e problematiza muito do que vê à sua volta. Justamente para validar-se como indivíduo pensante, e diferenciar-se dos pais. Tal processo é fundamental para o seu desenvolvimento, e não precisa ser difícil/desafiador o tempo todo, se houver diálogo, acolhimento e escuta, a sede de mudança do adolescente, sua criatividade e habilidades múltiplas podem inclusive tensionar mudanças importantes da estrutura familiar e social. Inclusive, a socialização tem um fator importante na adolescência. O processo de adolecer, pressupõe fazer escolhas por grupos sociais, por pares, para sentir-se pertencente a espaços fora do contexto familiar (Bock, 2007).

Todas essas mudanças, impactaram e modificaram naturalmente a percepção de criança e adolescente também na educação, onde tem se buscado construir um olhar que respeite suas individualidades e singularidades. Mas, apesar disso, infelizmente a tendência em muitas situações, tem sido ainda, de uma atuação de patologização dos fenômenos educacionais e de controle dos corpos (Viana, 2016).

Há um aumento de diagnósticos, e muitas vezes comportamentos infantis de curiosidade, ludicidade e exploração do seu ambiente são vistos como 'problema' e diagnosticados. Na sociedade atual, há um excesso de regras e espaços restritivos e ausência de espaços de vivenciarem a infância e adolescência de forma livre e espontânea (Correia, 2010; Silva, 2020).

Paulo Freire (1974) já sinalizava a necessidade de uma educação propulsora de protagonismo e autonomia. Para isso, ensinar não deve ser somente transferir conhecimento, mas sim, criar as possibilidades para a construção dos múltiplos aprendizados dos envolvidos, de maneira contextualizada e significativa.

Autores como Hoffmann (1991), Romão (1998) e Zabala (1998) sugerem que no processo educacional a criança e adolescente sejam vistos de maneira singular, ativos e proativos no processo educativo, com múltiplas formas de aprender e por consequência de serem avaliados.

Os autores propõem um processo educativo que valide e respeite as potencialidades do educando, assim como, sua cultura, limites e ritmos específicos, promovendo uma melhoria contínua de todos os envolvidos. Para isso, se torna necessária uma revisão da sala de aula tradicional e dos processos de ensinar e avaliar (Romão, 1998; Hoffmann, 1991; Zabala, 1998).

3.2 – CONCEITUANDO E CLASSIFICANDO A VIOLÊNCIA

A violência é caracterizada por um dispositivo de controle, força e poder que ocasiona algum tipo de dano à vítima. Fundamenta-se no uso presencial ou virtual de coerção/persuasão/agressão, onde não permite o reconhecimento do outro, sendo ele, pessoa, classe, gênero ou raça (Santos, 1996).

Minayo e Souza (1998) apresentam uma série de reflexões sobre a complexidade de entender e definir a violência, por tratar-se de um fenômeno histórico e social, com aspectos complexos, onde independente da perspectiva na qual seja examinada, seja referente ao seu conteúdo, estrutura, tipos e formas de manifestação, “só pode ser entendida nos marcos de relações socioeconômicas, políticas e culturais específicas, cabendo diferenciá-la, no tempo e no espaço, e por tipos de autor, vítima, local e tecnologia” (p. 522).

Ainda segundo as autoras, “consideram-se como violências, ações realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam danos físicos, emocionais e espirituais a si próprios e aos outros” (Minayo; Souza, 1998, p. 70).

Para a Organização Mundial de Saúde - OMS (2002) a violência é dividida de acordo com as características de quem comete o ato violento. Dessa forma divide-se em três tipos: *violência autoinfligida*, onde a violência é causada pela própria pessoa contra si mesma, como por exemplo automutilação e suicídio.

A *violência coletiva*, que seria os atos violentos que ocorrem nos espaços macrossociais, políticos e econômicos, relacionados à dominação de grupos e do Estado. Como os atos terroristas, guerras, ações de aniquilamento de determinado povo e/ou nação (OMS, 2002).

Já a *violência interpessoal* classifica-se em dois âmbitos: a *intrafamiliar* e a *comunitária*. A *violência intrafamiliar* ocorre entre os membros da família,

dentro ou fora do ambiente doméstico. Já a *violência comunitária* ocorre no ambiente social, entre pessoas que não possuem consaguinidade, como: violência sexual, violência institucional em escolas, ambiente de trabalho, hospitais, entre outros (OMS, 2002). Essa divisão dos tipos de violência é ilustrada na figura 1.

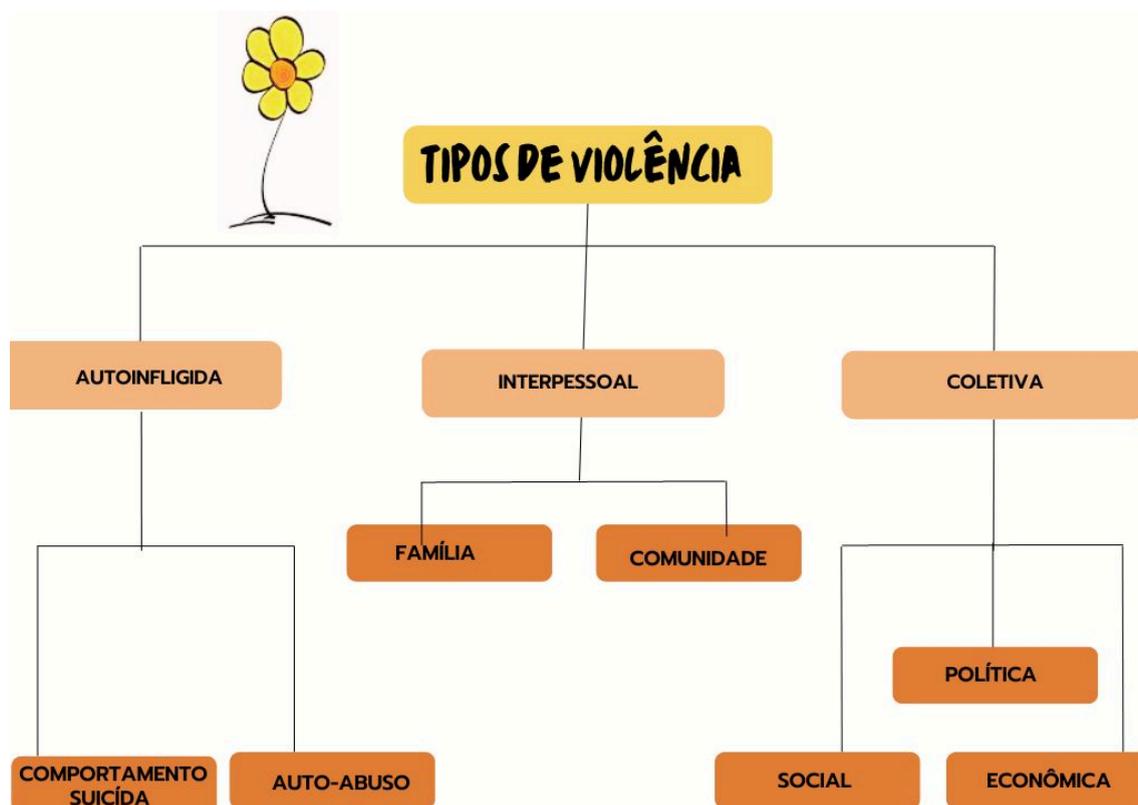


Figura 1: Tipos de Violência. Elaborado pela autora. Baseado em: OMS, 2002.

Dentro dos tipos de violência, a mesma pode ocorrer de formas diferentes, dessa forma, quanto à sua natureza, pode ser classificada como: violência *física* – uso da força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade na vítima; *violência sexual* – ato ou jogo sexual para obter excitação sexual e práticas eróticas na relação hétero ou homossexual, impostas na maioria das vezes, por meio de aliciamento e ameaças; *violência psicológica* – agressões verbais e comportamentais com o objetivo de aterrorizar, subjugar e humilhar a vítima, pode restringir sua liberdade e isolá-la do convívio social; e por fim, *negligência/abandono* – ausência de cuidados necessários a alguém que necessita recebê-lo, como crianças e idosos dependentes parcial ou totalmente (OMS, 2002; Coelho et al, 2014).

3.2.1 - Violência Infantojuvenil

A violência infantil é entendida como “todo ato ou forma que provoque maus-tratos tanto físicos quanto emocionais, sejam de natureza sexual, negligência, ou outras formas de explorações que resultem em danos à saúde das crianças” (De Checchi, 2021).

Durante a pandemia da Covid 19, diversos fatores corroboraram com o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, especialmente no cenário doméstico (Marques et al., 2020).

O aumento do tempo de convivência na pandemia, bem como das tensões nas relações interpessoais, configurou-se em fatores que tornaram mais frequentes os episódios de violência contra criança e adolescente (Marques et al., 2020).

Insta destacar que a *violência doméstica* contra crianças e adolescentes caracteriza-se por:

todo ato e/ou omissão praticado(s) por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que - sendo capaz de causar dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima - implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto” e, de outro, uma “coisificação” da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (Azevedo & Guerra, 1995, p. 36).

Já a *violência intrafamiliar* é toda “ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e, o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família” (Brasil, 2002, p. 15), pode ser cometida por familiares consanguíneos ou não, que assumam funções parietais, e pode ocorrer dentro ou fora de casa. A violência doméstica se diferencia da violência intrafamiliar, por incluir como possíveis agressores, outras pessoas, sem função parental, que coabitam/convivem no espaço doméstico, podendo ser empregadas, pessoas que convivem esporadicamente, agregados (Brasil, 2022).

Apesar dos esforços para a sua prevenção, as agressões infantojuvenis ainda se configuram em realidade alarmante. Em diferentes partes do mundo, crianças e adolescentes estão expostos a inúmeras formas de violência que os colocam em risco de morte (UNICEF, 2019), situação que foi agravada na pandemia (Cappa et al., 2021).

Além disso, nota-se, que há fragilidades em relação aos registros das violências contra a crianças e adolescentes (Cappa et al., 2021; Mathew; Iswarya; Paul, 2020; Santos et al., 2019), ou seja, o quantitativo de casos é maior do que os dados publicados.

O Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência, da OMS (2014), apontou que, mais de 1,3 milhão de mortes no mundo foram decorrentes da violência – autodirigida, interpessoal e coletiva – os números referem-se a 2,5% da mortalidade global. Na faixa etária de 15 e 44 anos, a violência é a quarta principal causa de morte (OMS, 2014).

Os dados compilados pelo 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), realizou levantamento dos boletins de ocorrência registrados no país em 2022. O levantamento apontou que houve um aumento assustador nos números de violência contra crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, foram 102.614 notificações em 2022 de crimes não letais: abandono, maus tratos, lesão corporal, estupro, pornografia e exploração sexual. Com destaque para os altos índices de estupro e maus tratos.

Foi o maior número da história de casos de estupro - 70.930 notificações correspondentes à população geral, sendo que, 51.971 notificações foi na faixa etária de 0 a 17 anos. Os dados evidenciam crescimento de 8,2% em relação a 2021. Onde 61,4% das vítimas tinham de 0 a 13 anos de idade e 10,4% menos de 4 anos de idade. A maioria das vítimas de estupro no Brasil são meninas, em sua maioria na faixa etária de 10 a 13 anos. Os meninos representam 14% dos casos, sendo que 43,4% na faixa etária de 5 e 9 anos (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Em 68,3% dos casos o crime ocorreu no ambiente doméstico. Ampliando a constatação da vulnerabilidade de crianças e adolescentes em suas próprias casas, nos casos de vítimas de 0 a 13 anos, o crime foi cometido em 86,1% por pessoas conhecidas e 64,4% por familiares. Já na faixa etária acima de 14 anos, 77,2% dos estupros foram cometidos por conhecidos e 24,3% por familiares (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Com relação aos maus tratos, foram 22.527 crianças e adolescentes (de 0 a 17 anos) vítimas desse crime, sendo que 60% tinham entre 0 e 9 anos, o que significa um aumento de 13,8% em relação a 2021 e uma taxa de 45,1

registros por 100 mil habitantes dessa faixa etária (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Referente a mortes violentas intencionais: homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de intervenção policial, o relatório apontou que houve 2.489 casos na faixa etária de 0 a 17 anos, sendo 2.011 homicídio doloso e 361 mortes decorrentes de intervenção policial. O levantamento chama a atenção para a necessidade urgente de ampliação do Sistema de Proteção e Garantia de Direitos infantojuvenis, que já está previsto em Leis e Normas, mas que não é realidade para milhares de brasileiros (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Outro levantamento realizado pelo UNICEF nos anos de 2016 a 2020 no Brasil, apontou um total de 34.918 mortes violentas intencionais de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade; e 179.277 crimes de estupro na mesma faixa etária entre 2017 e 2020, o que corresponde a assustadora média de 7 mil mortes e 45 mil estupros por ano. O Relatório aponta inconsistência dos dados divulgados, além das subnotificações já esperadas e apontadas anteriormente, apenas 18 estados apresentaram dados completos do seu território (UNICEF, 2021).

As características das mortes são diferentes entre as faixas etárias. De 0 a 9 anos, 33% das vítimas eram meninas; 44% eram brancas; 40% morreram dentro de casa; 46% das mortes ocorreram pelo uso de arma de fogo e 28% pelo uso de armas brancas ou por violência física. Já entre 10 e 19 anos, 91% das vítimas eram meninos; 80% eram negros; 13% morrem em casa; 83% das mortes ocorreram em decorrência do uso de armas de fogo. Enfatizando questões históricas de gênero e raça que perpassam pelo fenômeno da violência, além da vulnerabilidade no ambiente doméstico (UNICEF, 2021).

As pesquisas apontam que a violência doméstica foi agravada na pandemia de Covid 19. O confinamento domiciliar levou ao contato constante entre agressores e vítimas, resultando em aumento da violência e diminuição de denúncias, impactos que ainda ressoam nas vítimas. Para minimizar tais impactos, são necessárias medidas de prevenção e programas de apoio articulados e contextualizados (Kourti et al., 2021).

Importante destacar o papel da sociedade neste confronto, no Art. 13, o ECA (1990) delibera que todas as pessoas que tenham conhecimento ou

presencie “ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que constitua violência contra criança ou adolescente tem o dever de comunicar o fato imediatamente ao serviço de recebimento e monitoramento de denúncias” (p. 225). O ECA determina a proteção integral de crianças e adolescentes, e como já mencionado, seus princípios fundamentais garantem direitos básicos, como convivência familiar e comunitária, direito à educação, lazer e saúde, entre outros. Compreende a criança e adolescente, como sujeitos em condições peculiares do desenvolvimento e enfatiza a co-responsabilidade entre a família, comunidade e Estado na garantia de direitos e proteção da criança e adolescente.

O Art. 245, obriga médicos, professores ou responsáveis por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, a comunicação imediata às autoridades competentes de qualquer suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança/adolescente. O não cumprimento da Lei, ou seja, ações de negligência à violência a esse público é passível de punição (ECA, 1990).

Não é fácil identificar a violência, que muitas vezes, se apresenta de maneira sutil e silenciosa, exige uma atuação sensível e atenta dos atores sociais que lidam com crianças e adolescentes para sua identificação. Além, do fato de muitas violências serem naturalizadas e aceitas socialmente, podendo levar esses atores a serem negligentes e permissivos, é urgente NÃO naturalizar, e combater com veemência qualquer tipo de violência e negligência contra crianças/adolescentes (Santos et al, 2019).

A Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de crianças e Adolescentes, no âmbito do SUS, orienta os profissionais da saúde no processo de preenchimento da ficha de notificação, e encaminhamentos aos órgãos, sistemas que devem ser acionados/alimentados nos casos de violências: Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Conselho Tutelar, Ministério Público quando necessário, e rede de cuidado e de proteção social existente no território, de acordo com as especificidades do caso (Brasil, 2010).

4. MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, qualiquantitativa, em que a amostra está composta por professores de escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Palmas, Tocantins, Brasil. Foi realizado levantamento das escolas junto a Secretaria da Educação do município.

Assim, em Palmas, a rede de ensino contempla 46 (quarenta e seis) mil alunos, distribuídos em 78 (setenta e oito) unidades educacionais, sendo 33 (trinta e três) Centros Municipais de Educação Infantil, que recebem crianças de seis meses a seis anos incompletos; e 45 (quarenta e cinco) escolas de ensino fundamental, que recebem crianças de seis a quatorze anos. Desse total de escolas de ensino fundamental, 17 (dezesete) escolas recebem alunos em período integral, sendo 5 na zona rural e 12 na zona urbana, estas últimas foram foco da pesquisa (Secretaria da Educação, 2022).

Importante constar, que a demanda que norteou a pesquisa, partiu das escolas, que identificaram uma mudança pujante no comportamento dos alunos, com ênfase em comportamentos agressivos no retorno para escola, após a pandemia. Duas das escolas da amostragem, participavam do projeto de extensão da PPGCS/UFT desde 2014, de Educação em Saúde. O projeto, desde seu cerne, propôs trabalhar as demandas apontadas pelas unidades educacionais, atuando para que os processos educativos sejam significativos e propulsores de mudanças (Freire, 1974). Ao retornar suas ações após a pandemia, os participantes do projeto, identificaram tal demanda nas escolas atendidas.

Insta frisar também, que, em fevereiro de 2023, houve os atentados nas escolas, trazendo receios, medos, insegurança e delicadeza à temática de violência no ambiente escolar, foi logo após esse cenário que a pesquisa aconteceu (17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

4.1 - ETAPA QUALITATIVA

Para a etapa qualitativa foi realizada pesquisa etnográfica. Nessa abordagem há encontro intersubjetivo de interlocutores que estão em posições simétricas, em que se subtrai do pesquisador sua tradicional posição hierárquica na pesquisa. A "fusão de horizontes" que esse encontro pressupõe,

requer a inclusão da dimensão da historicidade, inseridos que são os pares da investigação em seus respectivos contextos e procedendo, o pesquisador, a crítica dos preconceitos e das ideologias, como condição para a apreensão plena da consciência histórica (Costa, 2002).

Pontua-se, também, que a pesquisa etnográfica se fundamenta na observação cuidadosa das práticas realizadas, em uma contínua tensão entre análise científica e experiência da vida cotidiana (Caprara; Landim, 2008).

4.1.1 - Sujeitos e coleta dos dados

Foi convidado para participar desta etapa um professor por escola municipal de tempo integral, daquelas localizadas na região urbana de Palmas, que totalizaram 12 unidades. Destas, uma optou em não participar da pesquisa. Das 11 restantes, seis participaram, com um representante de cada unidade.

Para convite dos sujeitos, foi entregue documento, nos meses de abril a maio de 2023, aos diretores das escolas selecionadas, em que constavam orientações e convite para participação de um professor no grupo focal. Também foram afixados cartazes, nas dependências das escolas, com informações sobre a pesquisa.

Após receber o nome, e-mail e telefone dos professores, as pesquisadoras entraram em contato com eles, via telefone, ligação e/ou WhatsApp, para informá-los sobre local, horário e data do Grupo Focal e dirimir dúvidas, caso existissem.

Registra-se que o grupo focal corrobora emergência de pontos de vista e significados grupais, oportuniza discussão participativa, “re”construção de conhecimento coletivo e a compreensão de experiências grupais com potencial para transformação da realidade (Kinalski et al., 2017) e, desse modo, caracteriza-se como técnica de coleta de dados oportuna para o alcance do objetivo proposto nesta pesquisa.

O Grupo Focal foi conduzido por uma enfermeira, com experiência em dinâmica de grupo, e uma auxiliar de pesquisa, estudante do curso de medicina, devidamente treinada para essa atividade. Foi realizado nas dependências da Universidade Federal do Tocantins, com duração de aproximadamente 3 (três) horas, por meio das seguintes etapas:

- Acolhimento (45 minutos) - foi realizada técnica para acolher os professores, em que cada ator foi convidado a se apresentar, respondendo às seguintes questões: “quem sou, qual instituição represento e quais minhas expectativas para o encontro”. Também foi construído contrato de convivência, conforme recomenda literatura especializada (Oliveira; Santos, 2015). Houve leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Autorização de Gravação de Áudio;

- Roda de conversa (120 minutos) – foram lançadas questões disparadoras, conforme recomenda literatura especializada (Trad, 2009), de modo a contribuir para o compartilhamento de informações entre os presentes e compreensão dos fenômenos estudados. Registra-se que rodas de conversa se configuram em espaço de troca de experiências, a partir do diálogo reflexivo entre os sujeitos, oportunizando acolhimento e conscientização de dificuldades que podem ser partilhadas, favorecendo novas significações para as vivências. Esses encontros possibilitam consciência dos problemas enfrentados, clarificação dos temas trabalhados, reflexão sobre possibilidades de resolução de problemas (Farinha et al., 2019);

- Avaliação e encerramento do Grupo Focal (15 minutos) – os professores foram convidados a avaliar, verbalmente, sua participação no encontro, por meio de uma palavra e/ou frase. Posteriormente, as coordenadoras encerraram o encontro.

Registra-se que o Grupo Focal foi norteado pelas seguintes questões:

1. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança no comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar? Caso sim, fale-me sobre isso.”

2. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança nas relações interpessoais das crianças e adolescentes no ambiente escolar? Caso sim, fale- sobre isso.”;

3. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança no comportamento das crianças e adolescentes, em relação a violência, no ambiente escolar? Caso sim, fale-me sobre isso.”;

4. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes que não existiam anteriormente? Caso sim, fale-me sobre isso.”;

5. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes, no cenário escolar, que não existiam ou são diferentes das anteriores? Caso sim, fale-me sobre isso.”;

6. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam ou são diferentes das anteriores? Caso sim, fale-me sobre isso.”;

7. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas pelas famílias das crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam ou são diferentes das anteriores? Caso sim, fale-me sobre isso.”;

8. “Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, as crianças e adolescentes passaram a apresentar algum tipo de doença mental? Caso sim, fale-me sobre isso.”.

O encontro foi gravado em mídia digital e transcrito pela pesquisadora auxiliar que participou da atividade. Para compreender os fatos e fenômenos transcritos a partir do Grupo Focal, foi usada a técnica de “Análise de Conteúdo”, segundo os pressupostos de Bardin (2010).

4.1.2 - Análise dos dados

Para Análise de Conteúdo (Bardin, 2010), inicialmente foi realizada exploração do material, por meio de leitura flutuante, com o objetivo de apreender e organizar ideias de maneira não estruturada. Assim, foram empreendidas várias leituras do material coletado, inicialmente sem sistematizá-lo, buscando apreender de maneira global as ideias principais e os seus significados gerais.

Posteriormente realizou seleção das unidades de análise, considerando-se as questões norteadoras e os objetivos desta pesquisa. Destaca-se que a identificação das unidades de análise, ocorreu por um processo dinâmico e indutivo de atenção, ora concreta a mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto (Bardin, 2010).

4.2 - ETAPA QUANTITATIVA

Para a etapa quantitativa, foi realizada pesquisa analítica transversal. Nessa abordagem a relação exposição-evento em uma população é investigada em um momento particular, fornecendo um retrato da situação naquele momento. É possível avaliar a relação entre eventos e outras variáveis de interesse que existem em uma população definida – exposição e desfecho são medidos no mesmo momento (Lima-Costa; Barreto, 2003).

4.2.1 - Sujeitos, coleta de dados e análises

A população que participou desta etapa da pesquisa, foi de 254 professores. Sendo que no total, são 520 professores que atuam nas onze escolas municipais de tempo integral localizadas na região urbana de Palmas, Tocantins, Brasil. O número foi levantado a partir de informações disponibilizadas pelas referidas escolas. O cálculo amostral considerou a utilização da fórmula para populações finitas proposta por Viegas (2007), apresentada a seguir:

$$n = \frac{Z\alpha^2 \cdot P \cdot Q \cdot N}{(Z\alpha^2 \cdot P \cdot Q) + (N-1)e^2}$$

Onde: n= Tamanho (número de elementos) da amostra; N= Tamanho (número de elementos) da população; P= Prevalência esperada do evento, percentual com o qual o fenômeno se verifica, onde se adotou 50%, (valor de P= 0,5), por garantir a maior amostra possível; Q= é o valor complementar de P, ou seja, 50% (valor de Q=0,5) também; Z α = É o desvio do valor médio que aceitamos para alcançar o nível de confiança desejado (Nível de confiança 95%, valor de Z α = 1,96). e= É a margem de erro máximo que vamos admitir, 5%, logo valor de e=0,05.

De acordo com o cálculo amostral, ao menos 218 professores deveriam participar da pesquisa para que seja possível a realização de testes estatísticos. O número de participantes ultrapassou, sendo 254 professores participantes.

Os dados foram coletados por meio de Questionário, no formato eletrônico, Google Forms, (Apêndice E), enviado aos 520 (100%) dos

professores, das 11 escolas que participaram da pesquisa. O envio foi por e-mail e WhatsApp, no período de maio a junho de 2023. Registra-se que o formulário foi enviado às equipes diretivas da escola (diretores e/ou coordenadores), e esses sujeitos encaminharam o referido material aos professores.

As respostas foram transferidas para planilha digital, no programa Microsoft Excel, e analisadas no software Stata, versão 11.0. Para análise, foi realizada estatística descritiva, com uso de média, desvio-padrão, considerando intervalo de 95% de confiança.

4.3 - CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Foram incluídos professores que atuavam nas 11 escolas Municipais de Tempo Integral localizadas na zona urbana de Palmas. Foram excluídos aqueles com menos de 5 (cinco) anos de experiência.

4.4 - ASPECTOS ÉTICOS

Essa pesquisa atende aos preceitos da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) Nº 466/12, que normatiza pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012), foi aprovada por comitê de ética, CAAE 64901022.0.0000.5519, pela Secretaria Municipal de Educação de Palmas Nº 832/2023/GAB/SEMED.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ETAPA QUALITATIVA – CATEGORIA: REFLEXOS DA PANDEMIA NO UNIVERSO ESCOLAR.

Como já sinalizado, participaram do Grupo Focal – GF, seis professores, representando seis das 11 unidades educacionais da amostragem, cinco mulheres e um homem. Os depoimentos desses sujeitos permitiram a distinção da categoria “Reflexos da pandemia no universo escolar”, a partir da qual foi possível evidenciar por parte dos alunos, um sentimento de estranheza com o ambiente escolar no retorno das atividades; o medo da morte e a vivência do luto; afetação na saúde mental; o uso excessivo de telas e a violência que passou a fazer parte do cotidiano da escola.

Em 2020, início da pandemia, foram 46.758 matrículas na rede municipal de ensino de Palmas (Educação infantil, Ensino Fundamental e EJA), desde abril de 2020, a rede contou com ferramenta que atendeu virtualmente parte dos matriculados, 35 mil alunos com videoaulas e disponibilização de material didático. Os alunos que não tinham acesso à internet receberam o conteúdo impresso semanalmente. Somente em agosto de 2021 as aulas presenciais retornaram no município, respeitando as normas sanitárias e funcionando de forma híbrida inicialmente, ou seja, ficaram um ano e meio sem aulas presenciais (Palmas, 2020; Palmas, 2021).

Insta frisar, que nem todas as crianças e adolescentes contaram com estrutura adequada de estudo, muitos não tinham acesso à internet, celulares ou computadores, ainda contavam com interferência de ruídos e barulhos oriundos do ambiente doméstico, além de que muitos pais/cuidadores não conseguiam suprir dúvidas educacionais das crianças/adolescentes. As discrepâncias entre realidades, sugerem que os alunos de baixa renda foram os mais impactados educacionalmente. Ademais o período de isolamento proporcionou uma mistura de atividades escolares, de trabalho formal e doméstico, no mesmo ambiente/tempo, o que aumentou o estresse e tensões nas relações familiares, impactando a saúde mental dos envolvidos (Nobre, et al, 2023; Atti, 2020; Oliveira; Gomes; Barcellos, 2020).

Importante mencionar que, após o período pandêmico, com todas as afetações econômicas, psicológicas, relacionais, educacionais, perda de entes

queridos, entre outras. Após a imposição de uma rotina desafiadora, para os que tinham acesso à internet, as interações ocorreram no âmbito on-line, com possibilidade de não participar ativamente e de não mostrar o rosto. E para quem não teve acesso à internet, as interações no período pandêmico ficaram restritas aos familiares/conhecidos, de todo modo, o 'mundo' concreto se resumiu ao ambiente doméstico (Oliveira et al, 2020; Lima, 2020; Mata et al, 2021).

Nobre et al (2023) aponta que houve uma acentuação do desinteresse dos jovens pela escola na pandemia, intensificando um fenômeno que já vinha acontecendo anteriormente, de falta de sentido e significado desse espaço para esse estrato social. Elali (2003), faz apontamentos parecidos referente às crianças da Educação Infantil, apontando a necessária adequação dos espaços para que promovam a sustentabilidade socioambiental e qualidade de vida das crianças.

Destaca-se que a educação tradicional, já estava sendo questionada, como forma de transmissão de conhecimento, com apontamentos que pressupõe uma necessária revisão e reinvenção de seus métodos de ensino e avaliativos, para que sejam condizentes com as características e demandas das gerações novas de crianças e adolescentes. Os autores já sinalizavam a necessidade de metodologias mais ativas, dinâmicas, que permitam a participação dos alunos, que seja significativa e contextualizada com a realidade dos discentes, para que possa promover interesse e engajamento, além de promover o protagonismo e autonomia dos envolvidos (Freire, 1974; Hoffmann, 1991; Romão, 1998; Zabala, 1998; Leão 1999).

Figura 2. Depoimentos dos participantes do grupo Focal. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023.



Elaborado pela autora, 2023.

No período pandêmico, para muitos, não foi possível desenvolver ou manter atividades prazerosas e de descontração. Tendo ainda que lidarem com o medo coletivo da covid-19 e da morte, e com todo impacto psicológico, quando alguém da família, ele próprio ou conhecidos contraíam o vírus. Espera-se, naturalmente, neste contexto, na retomada presencial das atividades, um sentimento de estranheza com ambientes externos, incluindo o escolar, que exige interação e exposição. Sendo necessário, um planejamento de reorganização e readaptação, além de ações contextualizadas com as singularidades desses alunos para minimizar os impactos da pandemia (Maia; Dias, 2020; Oliveira et al, 2020; Correa; Rodrigues, 2023; Moreira; Santos; Gomes; 2023).

Com relação a morte e o luto, ainda se configuram tabus em nossa sociedade. Apesar de ser a única certeza que temos, não falamos sobre a morte, o que ocasiona na inabilidade em lidar com a finitude da vida, e por consequência com o enlutado (Kovács, 2003; Ariès, 2012).

Pesquisa feita pelo Sindicato dos Cemitérios e Crematórios do Estado de São Paulo – SINCEP (2018) apontou que para 73% dos brasileiros a morte e consequentemente o luto, são temas tabus, por tanto, pouco abordados, conversados e compreendidos.

As falas dos professores, compartilham a angústia de não saberem lidar com o sofrimento oriundo do rompimento ocasionado pela morte. Tem ocorrido um clamor no sentido de resgatar e reconfigurar a relação acerca da morte e do morrer, para promover e difundir uma educação para a morte, exercida nos cotidianos, permitindo uma comunicação aberta e adequada às diferentes faixas etárias sobre as perdas e medos em torno da finitude e da ausência do ente querido (Santos; Incontri, 2009; Kovács, 2003; Ariès, 2012).

Parkes (1998) destaca que o luto é uma resposta normal diante da morte, considerado o acontecimento vital mais grave experimentado por nós. Trata-se de um sofrimento intenso, uma dor indizível, que dificulta ou impossibilita o enlutado de dar conta de atividades cotidianas. O processo de luto é a busca e efetivação da realocação na vida, com a ausência do ente querido, não se trata de um processo linear e finito.

Outro fator que intensificou o sofrimento, foi que as pessoas infectadas pela covid 19, não podiam ser acompanhadas e visitadas por seus familiares, e

quando morriam os ritos de despedida não puderam ocorrer como antes, ou não aconteceram, ou foram modificados, como por exemplo, a realização on-line de velórios, missas/cultos/rituais e enterros (Crepaldi, 2020, Giamatthey et al., 2022), o que impactou conseqüentemente no processo de despedida e de luto.

Depois de quase três anos de pandemia, chegamos aos números assustadores de 37.783,855 casos confirmados e 705.172 óbitos pelo vírus no país (BRASIL, 2023). No Tocantins até agosto de 2023 foram 371.710 casos confirmados e 4.248 mortes (Tocantins, 2023).

Destaca-se, dessa forma, a necessária retirada dessa temática do status de tabu, de trazê-la para perto de nós, e por consequência da importância de trabalhar os processos de luto na infância e adolescência também no ambiente escolar, esse público, muitas vezes são os mais afetados, por não conseguirem expressarem-se e não encontrarem espaços de manifestarem suas dores (Antoniassi, 2023).

A educação para o luto, é uma importante ferramenta na promoção de saúde mental não só dos discentes, mas também dos docentes e funcionários das escolas (Kovács, 2003; Giaretton et al, 2020; Correa; Rodrigues, 2023, Moreira; Santos; Gomes, 2023, Antoniassi, 2023).

O sofrimento mental, trata-se de outro tabu pouco compreendido e por vezes estigmatizado na sociedade. Tudo que já foi sinalizado do contexto pandêmico, ocasionou sentimentos de impotência, revolta, sobrecarga, estresse, dor, culpa, ansiedade, medo. muitas vezes, sentimentos silenciados e sem espaço para nominar e senti-los (Giaretton et al, 2020; Correa; Rodrigues, 2023, Moreira; Santos; Gomes, 2023; Antoniassi, 2023).

Destaca-se que na infância, a criança ainda não passou pelo processo de modulação das suas emoções, tendo dificuldades para expressar sentimentos. As emoções na infância se manifestam de maneira confusa, geralmente na mudança de comportamento (Santos, 2019; Oliveira et al, 2020).

Na adolescência, geralmente há uma modulação maior das emoções, porém, em virtude de mudanças biológicas, sociais e psicológicas desse período, as emoções tendem a tomar proporções intensas e desafiadoras. A sociabilidade tem um fator importante no desenvolvimento infantojuvenil, apresenta experiências e vivências que contribuem para o desenvolvimento e

individualização, na participação de um grupo social, de sentir-se pertencente, de expressar-se junto aos seus pares, fatores que fundam a autopercepção de si e autoestima (Piaget, 1974; Minuchin, 1990; Fishman, 1996; Bock, 2007; Mata et al, 2021).

Junta-se aos desafios naturais dessas fases do desenvolvimento, os ingredientes da pandemia: restrição, isolamento, luto, dor, baixa interação ou nenhuma interação social. Dificuldades de manter-se ou reconhecer-se pertencente ao grupo social, ausência de espaços de manifestação da singularidade com seus pares, ausência de espaços sociais e da escola, medo do futuro, além de questões relacionais familiares, econômicas, de gênero, raça, estruturais, entre outras. Dessa forma, considera-se esperado que o sofrimento mental se manifeste nesse contexto.

Os transtornos e sofrimentos mentais são considerados o mal do século XXI. 75% dos transtornos mentais se iniciam na infância e adolescência e metade deles eclodem até os 14 anos. Em 2019, 14% dos adolescentes do mundo, junto ao total de quase um bilhão de pessoas estavam com algum transtorno mental e a cada 100 mortes, uma foi causada por suicídio. Transtornos mentais são a principal causa de incapacidade, sujeitos com condições graves, morrem mais cedo em média 10 a 20 anos do que a população geral. Segundo dados da OMS, com a pandemia, houve um aumento estimado de 25% dos sintomas de depressão e ansiedade nas pessoas (OMS, 2023; FIOCRUZ, 2022).

Trata-se de um fenômeno complexo e multicausal, porém alguns fatores que podem influenciar no sofrimento e transtornos mentais, são questões genéticas, bullying, pobreza, precariedade familiar, violência familiar, abuso sexual, traumas ambientais, estigma, discriminação, violações de direitos humanos, suporte escolar inadequados, entre outros (OMS, 2023; FIOCRUZ, 2022).

Todos sofreram algum impacto psicológico na pandemia, porém, cada um à sua maneira, uns com rede de proteção e apoio familiar/social/profissional/financeiro/estrutural, infelizmente essa realidade foi privilégio da minoria. Outros que com pouco ou nenhum espaço de suporte, tendem a manifestar com maior intensidade o transbordamento do que estão sentindo, inclusive no ambiente escolar. Ansiedade, pânico, fobia social,

depressão, ideação suicida, entre outros quadros passaram a fazer parte de todos os espaços. Além do luto, que pode apresentar quadros parecidos com os diagnósticos citados, porém, dentro da 'normalidade' do processo, que não sendo respeitado e acolhido, pode tornar-se um luto patológico (Maia; Dias, 2020; Oliveira et al, 2020; Kovács, 2003).

Fica como desafio entender, acolher e instrumentalizar a equipe escolar para lidar com essa nova realidade. Insta frisar, que a equipe escolar também foi atravessada pela pandemia, vivem suas questões e impactos. Também precisam de suporte e acolhimento. Além de serem instrumentalizados para os desafios contemporâneos da sua práxis. Cuidar-se possibilita cuidar melhor dos discentes (Gatti, 2020; Oliveira; Gomes; Barcellos, 2020; Giaretton et al, 2020, Nobre et al, 2023; Moreira; Santos; Gomes, 2023).

Mais do que nunca, é necessário uma equipe multidisciplinar nas escolas, com psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que se façam necessários. Além, de ações conjuntas e articuladas que deem conta dessa complexidade. Destaca-se como caminho, a recente Lei municipal de Palmas, de Nº 2.804, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os serviços de psicologia e serviço social na Rede Municipal de Ensino (Palmas, 2022).

Quanto ao uso excessivo das telas, hábito intensificado na pandemia, como já dito, o 'mundo' foi restrito ao universo doméstico, e as telas em muitos contextos, eram a forma de se conectar com o mundo externo, de terem interação, muitas vezes ofertada nos jogos on-line, lives de youtuber, comunidades no Instagram, facebook, foram formas de manter o grupo social ativo, além de que, poderiam ser utilizados como refúgio de dificuldades adversas relacionadas às interações familiares, exposição a violência ou questões sociais e econômicas. Porém tal adequação trouxe impactos negativos para o desenvolvimento e saúde mental, principalmente de crianças e adolescentes (Deslandes; Coutinho, 2020; Silva; Silva, 2017; Tocantins, Wiggers, 2021).

Como já sinalizado, a complexidade do contexto pandêmico, dificultou a elaboração e manutenção de regras e rotina saudável em muitos lares (Almeida et al, 2022). Todos foram atropelados pela dura realidade, com a ausência de informações seguras, quando a duração das restrições, durante um tempo, foi tida como um contexto provisório, que acabou perdurando por

cerca de um ano e meio. Além de fake News, difundidas sobre vacinação e covid 19 que intensificaram as inseguranças e sofrimentos do momento (FIOCRUZ, 2022).

A forma que as coisas aconteceram foi a possível, cada um deu o que podia, o melhor que conseguiam diante das adversidades. Os impactos, são consequências naturais dos acontecimentos. Os jogos, ambiente virtual, trazem um dinamismo e uma rapidez, que estimula a forma de lidar com os processos da vida, e de aprendizagem.

Bauman (2001), já sinalizava que o estilo de vida contemporâneo, impactado entre outros fatores, pela rapidez do advento da globalização e das tecnologias, pela necessidade de produzir e estar conectado o tempo todo, faz com que tenhamos a tendência a não ter a habilidade de lidar com os processos por vezes morosos e desafiadores da vida, dos processos relacionais, educacionais etc. tendendo ao imediatismo e superficialidade das interações e relações.

Maturana (1998), destaca que nossa essência humana é amorosa e gregária, porém o estilo de vida estruturado a partir da industrialização e consumismo, exacerba o individualismo e a competitividade nas relações que nos afasta. Para o autor, essa é uma das consequências do adoecimento coletivo da sociedade contemporânea.

Celulares tornaram-se uma extensão das pessoas, causando uma relação invertida e adoecedora, impactando negativamente aspectos sociais, cognitivos e afetivos de todas as idades, principalmente crianças e adolescentes (Silva, Silva, 2017, Tocantins, Wiggers, 2021).

Importante frisar que todos somos afetados pelo estilo de vida contemporâneo, e que as crianças e adolescentes são reflexos da sociedade que nós adultos produzimos, sendo eles, inclusive o elo mais frágil dessa cadeia, por estarem em desenvolvimento e não terem maturidade e poder de decisão (Klinjey, 2017; Santos, 2019).

Não podemos mudar como as coisas ocorreram, mas, podemos repensar e ressignificar a relação com as tecnologias e o estilo de vida que tem nos adoecido, para isso é necessária uma reavaliação profunda dos processos vivenciais em todos os espaços. E na educação, é necessário a reinvenção da sala tradicional de estudo, por espaços dinâmicos e significativos, que

oferecem uma educação propulsora de mudanças (Freire, 1974; Hoffmann, 1991; Romão, 1998; Zabala, 1998).

A categoria, “Reflexos da pandemia no universo escolar”, enfatizou também, o surgimento de comportamentos violentos que passaram a fazer parte do cotidiano da escola. A violência é um constructo complexo e multicausal (Minayo; Souza, 1998), essa temática será aprofundada no próximo tópico.

Destaca-se que os impactos da pandemia irão ressoar por anos, em seus múltiplos aspectos. No que se refere aos espaços educacionais, torna-se importante uma avaliação cuidadosa e constante das reais condições dos alunos, nos aspectos psicológicos, sociais e educacionais, para a partir daí elaborar ações condizentes ao contexto e capazes de promover os ajustes necessários aos abismos no processo de ensino/aprendizagem, psicológicos, familiares, e sociais resultantes da pandemia. não podemos fechar os olhos para esses impactos. Destaca-se a necessidade de criar ações sistemáticas da rede de serviços e proteção da criança e adolescente, que envolva a família, além de oferecer uma educação e processos avaliativos contextualizados, que promova engajamento e participação dos envolvidos (Freire, 1974; Hoffmann, 1991; Romão, 1998; Zabala, 1998; FIOCRUZ, 2021).

5.2 ETAPA QUANTITATIVA

Do total de professores 520 (100%) vinculados às 11 unidades que participaram da pesquisa, 254 (48,8%) responderam ao questionário e compõem a amostra descrita a seguir.

Em relação ao perfil das professoras, apresentado no Quadro 1, a maioria é do sexo feminino 181 (71,3%), possui ensino superior 245 (96,5%) e especialização 182 (71,7%), e a idade variou de 22 e 66 anos. No período da coleta de dados, 229 (90,2%) ocupavam o cargo de professora, 16 (6,3%) de supervisor, 6 (2,4%) de coordenador e 3 (1,2%) de diretor. O tempo de experiência no trabalho educacional com crianças e adolescente variou de 5 a 40 anos, com média de 12,33, sendo que quase metade possui mais de 12 anos 113 (44,5%).

Os dados enfatizam as diferenças de gênero no contexto docente, em sua maioria são mulheres, o que pode ser resquício do machismo e patriarcado que atribuíam às mulheres profissões que perpassam pelo ato de cuidar e educar. Destaca -se que atualmente as mulheres se tornaram maioria nos cursos de graduação e especialização, dado que pode influenciar na preponderância deste estrato social, em atividades que exigem tal qualificação como na docência (Barros; Mourão, 2018; Vianna, 2002).

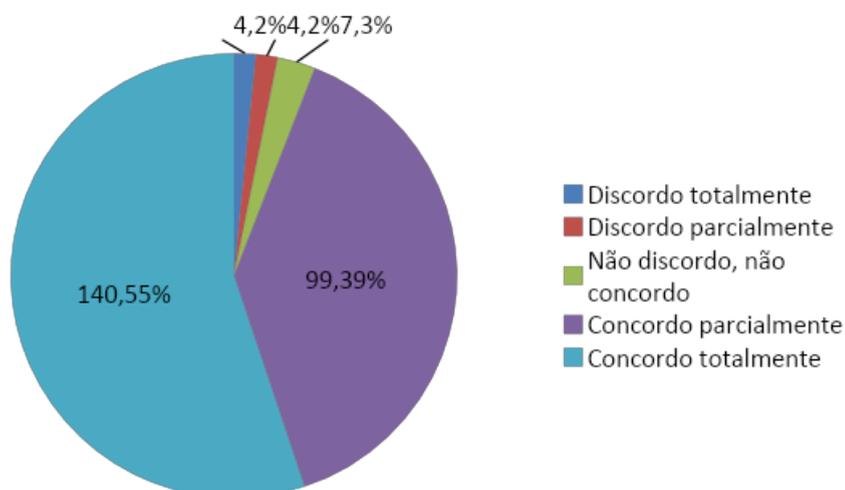
Quadro 1. Perfil dos participantes/professores de escolas municipais de tempo integral. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=245)

Características	Total f(%)
Idade em anos, média	43,1 ±8,7
Sexo	
Feminino	181 (71,3)
Masculino	73 (28,7)
Escolaridade	
Ensino Superior Completo	245 (96,5)
Especialização Lato Sensu	182 (71,7)
Cargo atual	
Professoras	229 (90,2)
Supervisor	16 (6,3)
Coordenador	6 (2,4)
Diretor	3 (1,2)
Tempo de experiência profissional em anos, média	12,33 ±7,7

Elaborado pela autora, 2023.

Serão apresentados os dados mais relevantes do questionário, e posteriormente será feita a discussão teórica. Quase a totalidade dos participantes 239 (94%) deste estudo considerou que o isolamento social, em virtude da COVID 19, contribuiu para mudanças no comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar, sendo que mais da metade 140 (55%) concordou totalmente, dados apresentados abaixo, no Gráfico 1.

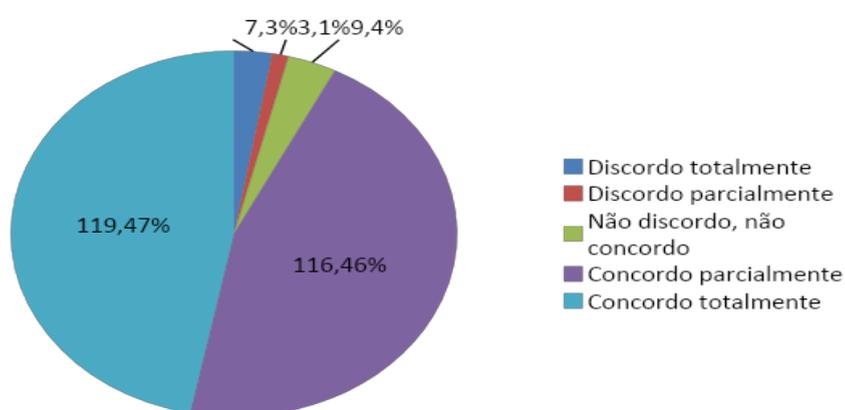
Gráfico 1. Opinião das professoras sobre o comportamento dos alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora. *No gráfico é apresentado, quantidade e após vírgula porcentagem. O programa arredondou resultados quebrados, devido a isso, a soma da porcentagem ultrapassa 100%.

De modo semelhante, a maioria das professoras 235 (93%) considerou que houve mudanças nas relações interpessoais das crianças e adolescentes no ambiente escolar após a pandemia pelo novo coronavírus. Somente 7 (3%) discordou totalmente desse aspecto como apresentado abaixo, (Gráfico 2).

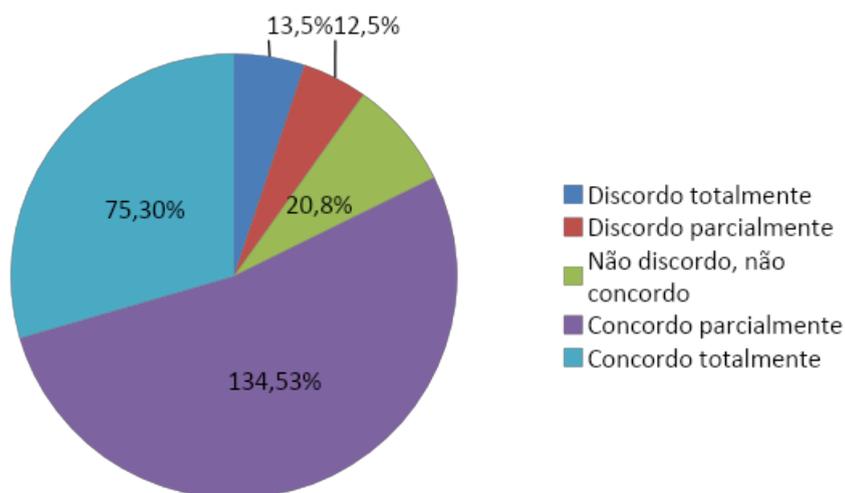
Gráfico 2. Opinião das professoras sobre as relações interpessoais de alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023. *No gráfico é apresentado, quantidade e após vírgula porcentagem. O programa arredondou resultados quebrados, devido a isso, a soma da porcentagem ultrapassa 100%.

Considerando o aspecto violência, 209 (83%), concordaram que houve mudanças no comportamento das crianças e adolescentes, no cenário escolar. A minoria 45 (18%) discordou ou não opinou em relação ao exposto (Gráfico 3).

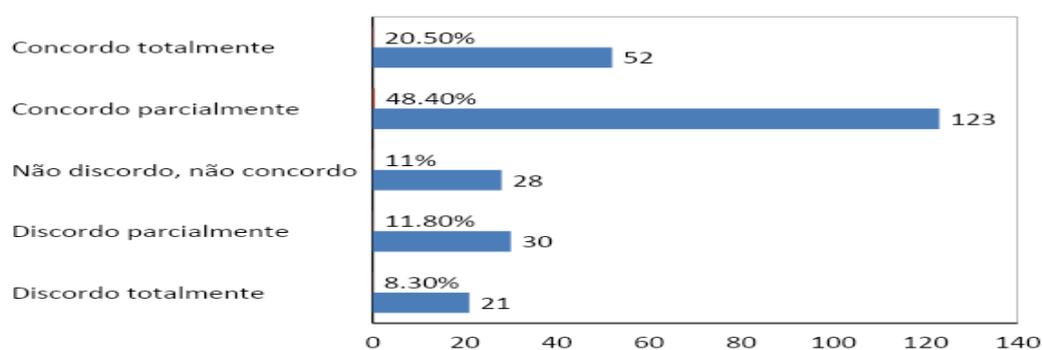
Gráfico 3. Opinião dos professores sobre mudanças no comportamento de alunos em relação a violência após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023.*No gráfico é apresentado, quantidade e após vírgula porcentagem. O programa arredondou resultados quebrados, devido a isso, a soma da porcentagem ultrapassa 100%.

Para aproximadamente dois terços 175 (68,9%) da amostra dessa pesquisa, considerou que houve situações de violência praticadas por crianças e adolescentes que não existiam anteriormente à pandemia pela COVID 19, dados apresentados a seguir. Apenas 51 (20,1%) discordaram (Gráfico 4).

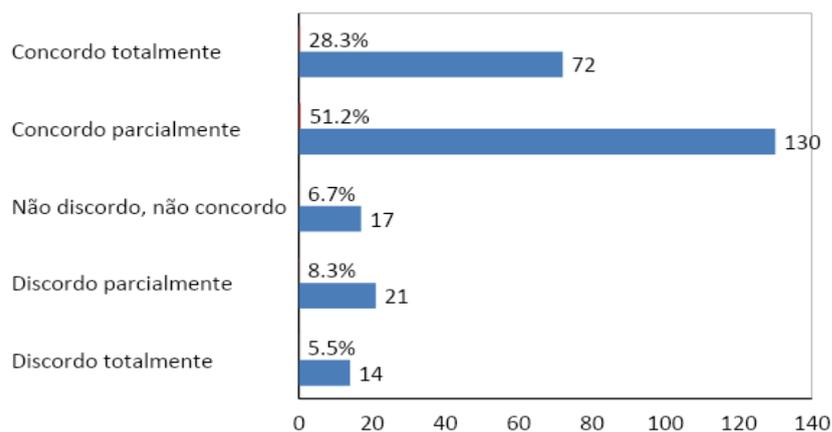
Gráfico 4. Opinião das professoras sobre novas situações de violência implementadas por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023.

Além disso, 202 (79,5%) das professoras registraram que houve aumento no número de ocorrências de violência no cenário escolar, praticadas por crianças e adolescentes, após período de isolamento social. Somente (13,8%) discordaram (Gráfico 5).

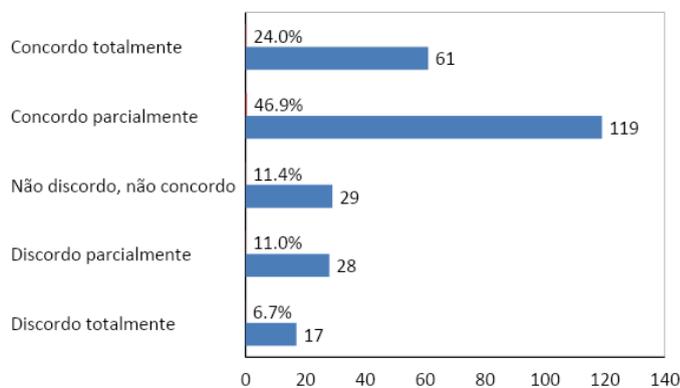
Gráfico 5. Opinião das professoras sobre aumento no número de casos de violência praticados por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023.

Assim, para a maioria dos participantes 175 (68,9%), existiram novas situações de violência implementadas por esse grupo após isolamento social (Gráfico 4), além de considerarem que os casos foram ainda mais graves 180 (70,9%) (Gráfico 6).

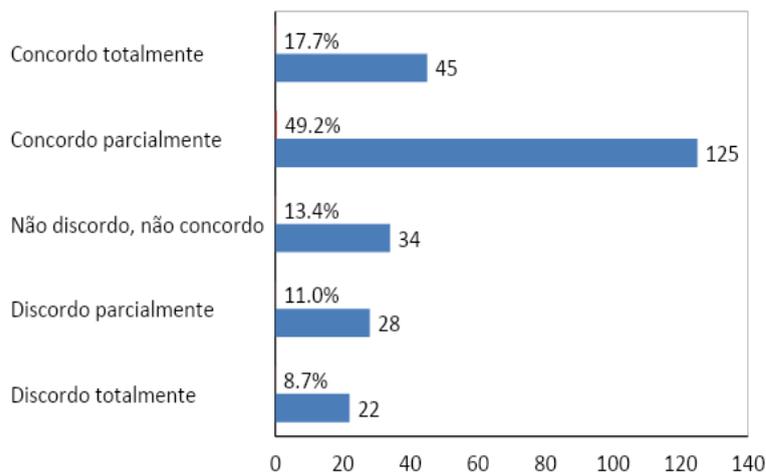
Gráfico 6. Opinião das professoras sobre aumento na gravidade dos casos de violências implementadas por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023.

As professoras, em sua maioria, 170 (66,9%), concordaram que há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam anteriormente à COVID 19. E 50 (19,7%) discordaram desse fato (Gráfico 7).

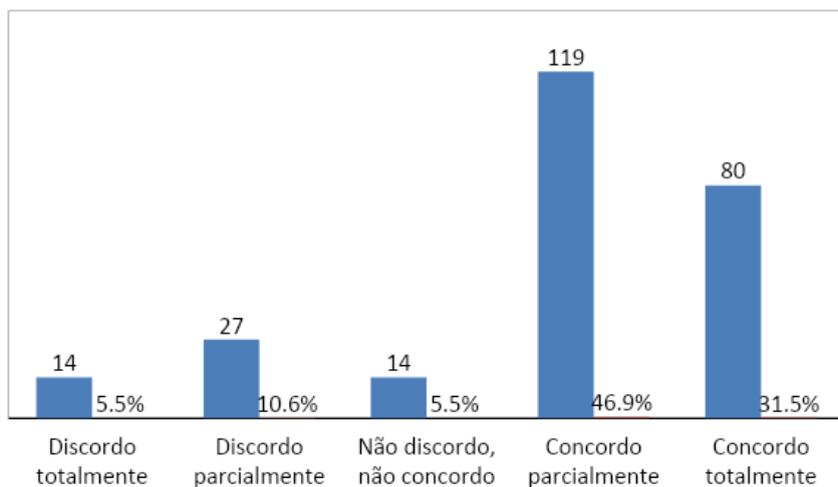
Gráfico 7. Opinião dos professores sobre aumento nas situações de violência à profissionais da escola implementadas por alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254)



Elaborado pela autora, 2023.

Quando questionados se as crianças e adolescentes apresentavam-se mais agressivos, após isolamento social, quase 80% (199) concordaram. Somente 14 (5,5%) não estão de acordo com esse fato (Gráfico 8).

Figura 8. Opinião das professoras sobre aumento da agressividade em alunos após isolamento social pela COVID 19. Palmas, Tocantins, Brasil, 2023. (n=254).



Elaborado pela autora, 2023.

Importante frisar que o período de atuação mínima das professoras que fizeram parte da pesquisa, foi de cinco anos, isso para que elas possam avaliar, os discentes antes e após a pandemia. O tempo de experiência no trabalho educacional com crianças e adolescentes dos participantes variou de 5 a 40 anos, com média de 12,33, sendo que quase metade possui mais de 12 anos de experiência 113 (44,5%), (Quadro 1).

O primeiro dado apresentado pelas professoras, sinaliza o cenário desafiador das escolas no pós pandemia. Para 239 (94%) das professoras houve uma mudança no comportamento das crianças e adolescentes (Gráfico 1). Se fizermos o cruzamento entre os dados coletados no Grupo Focal e questionário, identificamos a suposição de que tais mudanças, podem estar relacionadas, com quadros ansiosos, depressivos, pânico, fobia social, luto, e comportamentos agressivos.

Quando questionados sobre as relações interpessoais entre as crianças e adolescentes, quase todas responderam ter havido mudanças a esse respeito, 235 (93%) das professoras (Gráfico 2). Como já sinalizado, houve um isolamento que para muitos significou afastamento dos vínculos sociais, o medo de morrer, principalmente para quem perdeu pessoas próximas, pode influenciar no receio de aproximar-se de outras pessoas também, supõe-se que retomar/reconfigurar esses vínculos, exige um período de adaptação. Destaca-se a necessidade por parte das escolas, de realizar pesquisas com os alunos, para rastrear os possíveis fatores, para criarem estratégias que possam auxiliá-los nessa reconfiguração das relações interpessoais (Santos et al, 2020, Oliveira et al, 2020, Lima, 2020, Mata et al, 2021).

Com relação à violência, para 199 (80%) das professoras, as crianças/adolescentes apresentaram-se mais agressivas no retorno das aulas (Gráfico 8). Porém, 170 (66,9%) pontuaram que tal agressividade gerou comportamentos agressivos (Gráfico 7). O que leva a crer, que em uma porcentagem dos casos, 33,1%, a agressividade não decorreu em ações e comportamentos agressivos contra outras pessoas.

Para 202 (79,5%) das professoras, houve um aumento no número de ocorrências de violência no cenário escolar (Gráfico 5). E para 180 (70,9%), os casos de violência são mais graves (Gráfico 6). Ocorrendo inclusive, contra professores e equipe escolar, para 170 (66,9%) (Gráfico 7). E por fim, para 175

(68,9%), as situações de comportamentos agressivos são situações novas, que não ocorriam anteriormente (Gráfico 4).

Os achados da pesquisa, vão de encontro com o crescimento da violência sofrida por crianças e adolescentes, com a especificidade de serem também causadores da violência. Reforça o fato de tornar-se uma questão de saúde pública. Destaca-se, que a violência costuma ser a manifestação de questões que antecedem sua ação. Exigindo um aprofundamento e compreensão sistêmica de seus fatores, contextualizados com os atores e território onde ela acontece.

Não podemos, dessa forma, olhar para os dados de forma superficial, menos ainda culpabilizando crianças/adolescentes de maneira isolada e individualizada. Torna-se importante pesquisas acadêmicas, no âmbito das instituições da rede de serviços e das escolas, para maior compreensão sobre aspectos que podem influenciar a disseminação da violência, além de combater a subnotificação (Minayo; Souza, 1998; Su et al, 2021; Santos et al, 2019; Levandowski et al, 2021).

Alguns fatores que podem contribuir com o aumento da violência, levantados pela UNICEF (2023), são a exposição a situações de violência, mais de 150 milhões de adolescentes entre 13 e 15 anos de diferentes países, vivenciam situações de violência, dentro ou próximo da escola, envolvendo pares. No Brasil, 14,8% dos estudantes com idades semelhantes, relatam faltar à aula por não se sentirem protegidos dentro e fora do ambiente escolar.

Outros fatores que podem influenciar, são o uso intenso de redes sociais e jogos virtuais sem monitoramento, a onda de populismos e extremismos no mundo, no Brasil, especialmente, o aumento dos discursos de ódio, direcionado principalmente as minorias: mulheres, negros e o grupo LGBTQIAPN+ (FIOCRUZ, 2023).

O aumento da violência nas escolas, é dessa forma, reflexo da intensificação da violência na sociedade, pelo isolamento social causado pela pandemia, intensificação de convívio entre agressor e vítima nos casos de violência doméstica, entre outros fatores (Kourti et al, 2021; EPSJV/FIOCRUZ, 2023).

Combater as violências nos espaços educacionais perpassam por diversos aspectos, entre eles, a

proteção social de estudantes e trabalhadores destas instituições, tais como ações de enfrentamento da violência, do bullying e do cyberbullying nas escolas; constituição de vínculos sociais e cultura de acolhimento e empatia; não banalização do discurso de ódio na sociedade em geral, bem como apoio psicossocial a estudantes e comunidade escolar; e adequada cobertura da imprensa sobre os casos (EPSJV/FIOCRUZ, 2023, p.1).

Tavares e Pietrobon (2016), apontam como fatores que influenciam a violência praticada por alunos nas escolas, estão relacionados à dificuldade de gestão da escola e às condições socioeconômicas, composição demográfica do corpo discente, bem como questões da estrutura familiar. Aponta como medida de enfrentamento e preventiva, a qualidade da interação entre professores e alunos e a participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Insta frisar que, no primeiro semestre de 2023 além dos atentados ocorridos em outros estados, que chocaram pela brutalidade. Foi divulgado, casos de investigação de planejamento de atentados em escolas do Tocantins, e da adolescente que envenenou a água de outra estudante. Os casos causaram uma atmosfera de medo e insegurança coletiva, e mobilizou órgãos de segurança, justiça e educação do Estado, na estruturação de um Comitê de prevenção à violência no ambiente escolar, para o planejamento de ações no combate e prevenção dessas situações (Jornal do Tocantins, 2023; Tocantins, 2023).

O Instituto Sou da Paz (2023) realizou levantamento sobre ataques ocorridos em escolas brasileiras nos últimos 20 anos e meio, quando o país identificou o primeiro caso, assim o levantamento foi de 2002 ao primeiro semestre de 2023. Foram 25 casos no período, com 139 vítimas: 46 fatais e 93 não fatais. Armas de fogo foram utilizadas em 48% dos casos e foram responsáveis por 76% das vítimas fatais. Somente no primeiro semestre de 2023, foram sete ocorrências dessa natureza, sendo o maior do período analisado, no ano anterior (2022), foram seis casos. O levantamento, destacou que na maioria dos casos (57%), o agressor é um aluno da instituição.

A violência é um constructo complexo, por tratar-se de um fenômeno histórico e social, onde independente da perspectiva na qual seja examinada, seja referente ao seu conteúdo, estrutura, tipos e formas de manifestação, “só pode ser entendida nos marcos de relações socioeconômicas, políticas e

culturais específicas, cabendo diferenciá-la, no tempo e no espaço, e por tipos de autor, vítima, local e tecnologia” (Minayo; Souza, 1998, p. 522).

Njaine, Minayo (2003) enfatizaram a importância da atuação conjunta da família e escola, em ações de combate e prevenção da violência no ambiente escolar, buscando principalmente estabelecer uma relação respeitosa com os alunos. Enfatizaram ainda, a importância da escola atuar de maneira crítica e contextualizada, mediando reflexões sobre situações de violência veiculados pelos meios de comunicação, disseminando a cultura de paz.

Insta frisar, a necessária articulação entre os órgãos governamentais, atores da rede de serviços, família e escola, na investigação dos aspectos que estimulam a violência na cidade de Palmas, Tocantins, Brasil, além de da elaboração de um plano municipal que contemple as necessidades e complexidades do contexto.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas das considerações foram sendo distinguidas durante as análises. Reitera-se, o aumento dos casos de violência, comportamentos agressivos, além de sofrimento e transtornos psicológicos que passaram a fazer parte da rotina escolar. Por consequência, a falta de preparo dos docentes e equipe escolar para lidar com questões de saúde mental, relações interpessoais, violências e luto. Além, da necessidade de disseminar a educação para morte e luto nos espaços educativos. Exigindo qualifiquem-se para aprimoramento de sua práxis, e também, darem conta das demandas contemporâneas.

Com o intuito de contribuir nesse sentido, será construído um material orientativo e a disponibilização de sugestões de literatura e técnicas para trabalhar preventivamente e no momento da crise, a saúde mental e o luto.

Insta frisar os impactos sofridos pelos professores e equipe da escola, eles também precisam de atenção e ações voltadas para suas especificidades. Cuidarem-se, possibilita que cuidem melhor dos discentes.

Destaca-se, o necessário enfrentamento a todos os tipos de violências. NÃO dá mais para naturalizar e sermos coniventes. Da mesma forma, NÃO devemos fechar os olhos para os impactos da pandemia em seus múltiplos

aspectos: psicológicos, social, econômico, familiar, relacional, educacional, entre outros. Não é possível seguir de onde paramos antes da pandemia.

Precisamos reavaliar o estilo de vida contemporâneo, que estimula o individualismo, competitividade, necessidade de produzir o tempo todo, de estarmos conectados, da utilização inadequada das tecnologias. E reinventar um estilo de vida, que permita conexão com hábitos saudáveis, relações de respeito que fortaleça saúde mental e bem-estar. A saúde mental, sem dúvidas, é o bem mais desejado do nosso tempo, porém, como tê-la em uma sociedade que nos adocece?

Precisamos rever também, os processos de ensino, aprendizado, e de avaliação, assim como o modelo tradicional da sala de aula, para atender as especificidades das gerações novas. Inclusive, destaca-se a importância de estudos locais sobre as características dessas gerações, com ênfase no recorte regional e cultural do Tocantins, para melhor compreensão e atuação junto a eles.

O objeto estudado é complexo, exige ações articuladas das esferas governamentais, órgãos e rede de serviços de atendimento à criança/adolescente.

Enfatiza-se a necessidade de mais pesquisas a respeito dos impactos pós pandemia, com alunos, equipe escolar, famílias e comunidade, para melhor compreensão das especificidades do público infanto juvenil do nosso estado, também das reais condições dos professores e equipe escolar, além das famílias e por fim, de fatores que contribuem para o aumento da violência, sofrimento mental e luto. Mapear essas realidades possibilitaria compreender tais fenômenos para subsidiar ações efetivas.

Destaca-se a necessária investigação das especificidades de cada escola, e a partir desse rastreio, estruturar ações de proteção social, fortalecimento da saúde mental, valorização dos professores e equipe escolar, de enfrentamento a todas as violências de maneira contextualizada, e NÃO individualizadas. Individualizar questões complexas de cunho social e cultural, estimula a culpa e afeta a autoestima, além de não contribuir na resolução do problema. Destaca-se a necessidade de estimular uma cultura inclusiva e equânime de acolhimento, diálogo, empatia e suporte psicossocial de todos os atores da rede de ensino.

Destaca-se como limitação do estudo, as dificuldades de comunicação com Secretaria da Educação e escolas, na articulação da sua realização, e a dificuldade de adesão dos professores. Apesar de compreender o contexto delicado que a pesquisa ocorreu, pós atentados nas escolas, o que pode ter contribuído para essas dificuldades.

Para finalizar, enfatizando o que já era extremamente necessário antes da pandemia – Que as escolas **PRECISAM** de equipes **MULTIDISCIPLINARES**, com psicólogos, assistentes sociais, e outros profissionais que se façam necessários. Além, da elaboração e execução de um plano de ação sistemático, contínuo e contextualizado. Destaca-se como caminho, a recente Lei municipal de Palmas, de Nº 2.804, de 19 de dezembro de 2022, que dispõe sobre os serviços de psicologia e serviço social na Rede Municipal de Ensino.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. (1986). **História social da infância e da família**. Rio de Janeiro: Editora: Guanabara.

ARIÈS, P. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. [Edição especial] 2012.

ALMEIDA, I. L. de L. Isolamento social e seu impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2022/40/2020385>. Acesso setembro de 2023.

17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública [livro eletrônico] / Fórum Brasileiro de Segurança Pública – São Paulo: FBSP, 2023. 357 p. gráf. tab. Disponível: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em julho de 2023.

ARAÚJO, JP et al. **História da saúde da criança: conquistas, políticas e perspectivas**. Revista Brasileira de Enfermagem , v. 67, n. 6, pág. 1000–1007, nov. 2014. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0034-7167.2014670620>. Acesso em junho de 2023.

ANTONIASSI, R. P. N. Luto na infância: compreensão teórica das manifestações clínicas e necessidades da criança enlutada. Estudos Avançados sobre a Morte e o Morrer: Perspectivas Contemporâneas em Tanatologia. Editora Bagai, 2023. Disponível: <https://editorabagai.com.br/product/estudos-avancados-sobre-a-morte-e-o-morrer-perspectivas-contemporaneas-em-tanatologia/>. Acesso em setembro de 2023.

ATTI, B. A. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 29–41, set. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>. Acesso em setembro de 2023.

Azevedo, M. A. & Guerra, V. (1995). **Violência doméstica na infância e na adolescência** São Paulo: Robe Editorial.

BARROS, S. C. DA V.; MOURÃO, L. Panorama da participação feminina na educação superior, no mercado de trabalho e na sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, p. e174090, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30174090>. Acesso em setembro de 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (PT): Edições 70, 2010.

BAPTISTA, Myrian Veras. **ABRIGO: Um olhar para a história.** 2006. Disponível: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/abrigo-miolo.pdf>. Acesso em junho de 2023.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BEZERRA L. S. L. et al. **A compreensão da infância como construção sócio-histórica.** CES Psicol, Medellín, v. 7, n. 2, p. 126-137, Dec. 2014. Available from http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2011-30802014000200010&lng=en&nrm=iso. accesson 09 July 2023.

BOCK, A. M. B. **A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores,** 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pee/a/LJkJzRzQ5YgbmhcnkKzVq3x/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em julho de 2023.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** (2021). Disponível: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/julho/trinta-e-um-anos-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-confira-as-novas-acoes-para-fortalecer-o-eca/ECA2021_Digital.pdf. Acesso em julho de 2023.

BRASIL, Ministério da saúde. Boletim Epidemiológico. Volume 54 | 18 maio 2023. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021.** Disponível: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08>. Acesso em junho de 2023.

BRASIL. **Gravidez na Adolescência.** Disponível: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/por-hora-nascem-44-bebes-de-maes-adolescentes-no-brasil-segundo-dados-do-sus>. Acesso em junho de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/escolaqueprotege_art227.pdf, Acesso em junho de 2023.

BRASIL, **LEI Nº 13.811, DE 12 DE MARÇO DE 2019.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13811. Acesso em junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012b. **Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.** Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

BRASIL. **Lei Nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm. Acesso em junho de 2023.

BRASIL. **Portaria Nº 1.130, de 5 de agosto de 2015. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).** Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html. Acesso em agosto de 2023.

BRASIL. **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências. Orientação para Gestores e profissionais de saúde.** Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_crianças_famílias_violencias.pdf. Acesso em setembro de 2023.

BRASIL, Ministério da Saúde. (2002). **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço** Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf. Acesso em outubro de 2023.

» http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

CAPRARA, A.; LANDIM, L. P. **Etnografia: uso, potencialidades e limites na pesquisa em saúde.** Interface (Botucatu), v. 12, n. 25, p. 363-376, 2008.

COSTA, M. S. C. **Intersubjetividade e historicidade: contribuições da moderna hermenêutica à pesquisa etnográfica.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 372-382, 2002.

CAPPA, et al. **COVID-19 and violence Against children: A review of early studies.** Rev. Child abuse & Neglect, v 116, part 2, junho 2021.

CAMPOS, R. K. DO N.; RAMOS, T. K. G. **A Concepção da Infância em Rousseau.** Revista Tempos e Espaços em Educação, v. 11, n. 01, p. 239-250, jun. 2019. Disponível: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9654/pdf>. Acesso em julho de 2023.

CAMPOLINA, L. de O. **Tornar-se adolescente: a participação da Escola na construção da transição da infância para a adolescência,** 2007. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia. Disponível: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3113/1/2007_LucianadeOliveiraCampolina.PDF. Acesso em julho de 2023.

COELHO, E. B. S. et al. **Violência: definições e tipologias** [recurso eletrônico] /Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível: https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1862/1/Definicoes_Tipologias.pdf. Acesso em julho de 2023.

CREPALDI, M. A. et al. **Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas.** Estudos de Psicologia (Campinas) [online]. 2020, v. 37. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>. Acesso em setembro de 2023.

CRUZ, G. A.; SARAT, M. **História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador.** Educação e Fronteiras, Dourados, v. 5, n. 13, p. 19–33, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176>. Acesso em: junho de 2023.

CORREIA, M. R, RODRIGUES, R. P. Educação para a morte na escola: Acolhimento de professores diante do Luto infantil na pandemia de covid-19. Estudos Avançados sobre a Morte e o Morrer: Perspectivas Contemporâneas em Tanatologia. Editora Bagai, 2023. Disponível: <https://editorabagai.com.br/product/estudos-avancados-sobre-a-morte-e-o-morrer-perspectivas-contemporaneas-em-tanatologia/>. Acesso em setembro de 2023.

CORREA, A. R. M. **Infância e patologização: crianças sob controle.** Rev. bras. psicodrama, São Paulo , v. 18, n. 2, p. 97-106, 2010 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932010000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em julho de 2023.

DERLANDES, S. F. COUTINHO, T. O uso intensivo da internet por crianças e adolescentes no contexto da COVID-19 e os riscos para violências autoinflingidas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2479–2486, jun. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.11472020>. Acesso em setembro de 2023.

DEL PRIORI, M. **A criança negra no Brasil.** In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232-253. ISBN: 978-85-7982-060-1. disponível: <https://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf>. Acesso em julho de 2023.

DE CHECCHI, M. H. R. **Manual Instrutivo - Uma problemática em saúde pública: Violência Infantil,** 2021. <https://pesquisa.bvsalud.org/porta/resource/pt/biblio-1223650>. Acesso em julho de 2023.

ELALI, G. A. O ambiente da escola - o ambiente na escola: uma discussão sobre a relação escola-natureza em educação infantil. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 8, n. 2, p. 309–319, maio 2003. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000200013>. Acesso em setembro de 2023.

ERICKSON, E. (1976). Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível:

<https://pt.scribd.com/document/240882030/Erik-Erikson-Identidade-Juventude-e-Crise#>. Acesso em julho de 2023.

EPSJV/Fiocruz. Escola Politécnica de Saúde da Fiocruz divulga nota sobre a violência nas escolas. Disponível: <https://portal.fiocruz.br/noticia/escola-politecnica-de-saude-da-fiocruz-divulga-nota-sobre-violencia-nas-escolas>. Acesso em setembro de 2023.

FARINHA, M. B. G.; et al. Rodas de conversa com universitários: prevenção e promoção de saúde. **Rev. NUFEN**, v. 11, n. 2, p. 19-38b, 2019.

FISHMAN, H.C. (1996). **Terapia Familiar: O Tratamento de Escolha para os Adolescentes**. Em H.C Fishman (Org.), *Tratando Adolescentes com Problemas: uma abordagem da terapia familiar* (pp.5-15). Porto Alegre: Artes Médicas.

FIOCRUZ. Principais Questões sobre Saúde Mental de Crianças: sinais de alerta para APS. Disponível: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-aps/>. Acesso em setembro de 2022.

FIOCRUZ. **Fake news e hesitação vacinal no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil: tema de artigo da ENSP**. Disponível: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/53131>. Acesso em setembro de 2023.

FIOCRUZ. Recomendações para o planejamento de retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19. Disponível: file:///C:/Users/Moreira/Downloads/recomendacoes_retorno_atividadesescolares_covid-19.pdf. Acesso em setembro de 2023.

FIOCRUZ. Principais Questões sobre Saúde Mental de Crianças: sinais de alerta para APS. Disponível: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-crianca/principais-questoes-sobre-saude-mental-de-criancas-sinais-de-alerta-para-aps/>. Acesso em setembro de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FROTA, A. M. M. C. **Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção**. *Estud. pesqui. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-4281200700100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em julho de 2023.

GATTI, B. A.. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 29–41, set. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>. Acesso em setembro de 2023.

GIAMATTEY, M. E. P. et al. **Rituais fúnebres na pandemia de COVID-19 e luto: possíveis reverberações.** Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Escola Anna Nery [online]. 2022, v. 26, n. spe. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0208>. Acesso em setembro de 2023.

GIARETTON, D. W. L. et al. A escola ante a morte e a infância: (des)construção dos muros do silêncio. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250035, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250035>. Acesso em setembro de 2023.

HOFFMANN, Jussara M.L. **Avaliação: mito e desafio-uma perspectiva construtivista.** Educação e Realidade, Porto Alegre, 1991.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância.** Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Howard-Jones AR, Bowen AC, Danchin M, Koirala A, Sharma K, Yeoh DK, et al. COVID-19 in children: I. Epidemiology, prevention and indirect impacts. *J Paediatr Child Health*. 2022;58(1):39-45. doi: 10.1111/jpc.15791

INSTITUTO SOU DA PAZ. **CNN | Brasil cria disque-denúncia e sistema de monitoramento para combater violência nas escolas.** Disponível: <https://soudapaz.org/noticias/cnn-brasil-cria-disque-denuncia-e-sistema-de-monitoramento-para-combater-violencia-nas-escolas/>. Acesso em setembro de 2023.

JORNAL DO TOCANTINS. Aluna envenena água da garrafa de colega de classe em escola de Palmas. Disponível: <https://www.jornaldotocantins.com.br/editorias/vida-urbana/aluna-envenena-%C3%A1gua-da-garrafa-de-colega-de-classe-em-escola-de-palmas-1.2665327>. Acesso em setembro de 2023.

KOVÁCS, M. J. **Educação para a morte: temas e reflexões.** São Paulo: Casa do Psicólogo. 2003.

KOURTI, A; et al. **Domestic Violence During The COVID-19 pandemic: A systematic review.** Sage Journals, Agosto, 2021. Disponível em Domestic violence During the COVID-19 pandemic: A Systematic Review (sagepub.com). Acesso em: 07/05/2022.

KINALSKI, D; CRISTIANE, C. P, et al. Grupo focal na pesquisa qualitativa: relato de experiência. **Rev. Brasileira de enfermagem. Rio Grande do Sul**, 443-448, 2017.

KLINJEY, R. Help! Me eduque. Editora: Letrasmais. São Paulo. 2017.

LEVANDOWSKI, M; et al. **Impactos do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande**

do Sul, Brasil. Rev Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, n.37, Janeiro,2021. Disponível:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/w9xDc35gk53mDz9MrX4nFfr/#>.

LEÃO, D. M. M. Paradigmas Contemporâneos de Educação: Escola Tradicional e Escola Construtivista. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 187–206, jul. 1999. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0100-15741999000200008>. Acesso em setembro de 2023.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, p. e300214, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>. Acesso em setembro de 2023.

LIMA-COSTA, M. F., BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. v. 12, n. 4, p. 189-201, 2003.

MARQUES, E.S; et al. **Violence Against women, children, and adolescents during the COVID-19 pandemic: overview, contributing factors, and mitigating measures.** Rev.Cadernos de Saúde pública. Rio de Janeiro, n.36, Abril, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, p. e200067, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>. Acesso em setembro de 2023.

MATURANA, H. Maturana (1998) **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MATHEW, M.; ISWARYA, S.; PAUL, A. V. Effectiveness of health education on awareness of child sex abuse among school children. *J Family Med Prim Care*. v. 10, n. 12, p. 4509-4513, 2021.

MATA, A. A. da; et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa / The impact of COVID-19 pandemic on mental health of children and adolescents: an integrative review. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 6901–6917, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n1-466. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/23381>.

Acesso setembro de 2023.

MELO, Jennifer Silva. Breve histórico da criança no Brasil: conceituando a infância a partir do debate historiográfico. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 2, 14 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/2/breve-historico-da-crianca-n>

[o-brasil-conceituando-a-infancia-a-partir-do-debate-historiografico](#). Acesso em junho de 2023.

MIRANDA, H. da S.; CARDOZO, J. C. da S. Apresentação ao Dossiê: História e Direitos da Criança e do Adolescente na América Latina. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 12, n. 24, p. 11–14, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12392>. Acesso em: 14 out. 2023.

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de: '**Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**'. História, Ciências, Saúde—Manguinhos, IV(3): 513-531, nov. 1997-fev. 1998. Disponível: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/S9RRyMW6Ms56S9CzkdGKvmK/?format=pdf&lang=pt>, Acesso em junho de 2023.

MINUCHIN, S. (1990). **Famílias: Funcionamento e Tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas.

MOREIRA, K. B. SANTOS, J. D. L. B. GOMES, J. M. Grupo terapêutico para enlutados: Método educativo reflexivo sobre Morte e luto. Estudos Avançados sobre a Morte e o Morrer: Perspectivas Contemporâneas em Tanatologia. Editora Bagai, 2023. Disponível: <https://editorabagai.com.br/product/estudos-avancados-sobre-a-morte-e-o-morrer-perspectivas-contemporaneas-em-tanatologia/>. Acesso em setembro de 2023.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. **Violence in schools: identifying clues for prevention**, **Interface - Comunic, Saúde, Educ**, v.7, n.13, p.119-34, 2003. Disponível: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2003.v7n13/119-134>. Acesso setembro 2023.

NELSEN, J. **Disciplina Positiva**. 2002. 3. ed. São Paulo. Editora: Manole, 2016. Disponível: <https://profmariocastro.files.wordpress.com/2021/04/jane-nelsen-disciplina-positiva-versacc83o-1.pdf>. Acesso em julho de 2023.

NOBRE, M. R, et al. **What post-pandemicschool?**. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.5338. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/5338>. Acesso: setembro de 2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde (2002). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde. disponível: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em julho de 2023.

OMS - Organização Mundial da Saúde (2014). **Relatório Mundial Sobre a Prevenção da Violência**. Disponível: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/145086/9789241564793_por.pdf?sequence. Acesso em julho de 2023.

OMS. OMS divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos. Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/>. Acesso em setembro de 2023.

OMS. Dia Mundial da Saúde Mental 2022. Disponível: <https://www.afro.who.int/pt/regional-director/speeches-messages/dia-mundial-da-saude-mental-2022>. Acesso setembro de 2023.

OMS, 2002. ONU - Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, 1948. Disponível em : <http://www.onu-brasil.org.br/documentos/direitos-humanos>. Acesso em setembro de 2023.

OLIVEIRA, J. B. A. E.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 28, n. 108, p. 555–578, jul. 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802885>. Acesso em setembro de 2023.

OLIVEIRA, L. M. Ab. C.; SANTOS, L. F. **Trabalhando com grupos na assistência a familiares em UTI**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2015. 251 p.

OLIVEIRA, W. A. DE. et al. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: *scoping review*. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. e00150020, 2020. Disponível: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00150020>. Acesso em setembro de 2023.

PALMAS, Educação palmense mantém atividades administrativas e pedagógicas no cenário atípico causado pela pandemia. Disponível: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/educacao-palmense-mantem-atividades-administrativas-e-pedagogicas-no-cenario-atipico-causado-pela-pandemia/26891/>. Acesso em setembro de 2023.

PALMAS, Retrospectiva 2021: Retorno das aulas presenciais marca o ano letivo de 2021. Disponível: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/retrospectiva-2021-retomada-de-atividades-marca-o-ano-letivo-de-2021-na-rede-municipal-de-educacao-apos-periodo-atipico-da-pandemia/29933/>. Acesso em setembro de 2023.

PALMAS, LEI Nº 2.804, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022. Disponível: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/media/leis/lei-ordinaria-2.804-2022-12-19-25-4-2023-19-28-23.pdf>. Acesso em setembro de 2023.

PARKES, C. M. (1998). **Luto: estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus.

PACHECO, Y.J.O; et al. M. M. **Domesticviolencand COVID-19 in Colombia**. *PsychiatryResearch*. Santa Marta, Colombia. v 300. Junho, 2021

PAPALIA, D.E; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano** [recurso eletrônico]. Tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.]; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : AMGH, 2013. Disponível: <https://www.obbiotec.com.br/wp-content/uploads/2022/04/OBJ-livro-Desenvolvimento-Humano.pdf>. Acesso em julho de 2023.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

RIBA, Aline Conegundes e ZIONI, Fabiola. **O corpo da criança como receptáculo da violência física: análise dos dados epidemiológicos do Viva/Sinan**. Saúde em Debate [online], 2022. v. 46. [Acessado 25 Junho 2023], pp. 193-207. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E516>.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**, 1999. São Paulo: Ágora, 2006.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação Dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo, Cortez, 1998.

SANTOS, M. A. B. et al. Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 6, p. 2153-2175, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MpcwN3kZjqZnK9FQXYc6T6j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em setembro de 2023.

SANTOS, F. S. & INCONTRI, Dora. (Org.) **A Arte de Morrer: Visões Plurais**. 2ª ed. São Paulo: Editora Comenius, 2009.

SANTOS, E. **Educação Não Violenta: Como estimular autoestima, autonomia, autodisciplina e resiliência em você e nas crianças**. Editora: Paz & Terra, 2019.

SINCEP, **Sindicato dos Cemitérios e Crematórios do Estado de São Paulo**. Disponível: <https://sites.usp.br/psicousp/dificuldade-de-falar-sobre-morte/>. Acesso em setembro 2023.

SILVA, Thayse de Oliveira; SILVA, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso. Acessos em setembro de 2023.

SILVA, A. B. D. **Reflexões sobre Avaliação Psicológica, Psicodiagnóstico e Educação**. V.5 (2020) CAOS - Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia. Disponível: <https://fswceulp.nyc3.digitaloceanspaces.com/caos/2020/artigos/reflexoes-sobre-avaliacao-psicologica-psicodiagnostico-e-educacao.pdf>. Acesso em julho de 2023.

STEINBERG, N. **Domestic, violence: children, victims in their own right.** *Soins. França.* v 66, 23-25, julho, 2021.

SANTOS, L. F.; et al. **Fatores que interferem no enfrentamento da violência infantil por conselheiros tutelares.** *Saúde Debate*, Rio de Janeiro v. 43, n. 120, p. 137-149, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/zvc6Lx9LXYMz4qzzsrL56sd/?format=pdf&lang=pt>

SANTOS, L. F.; et al. **Experiências de profissionais de saúde no manejo da violência infantil.** *Rev baiana enferm*, v. 33, n. e33282, 2019. disponível: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/33282>.

SILVA, LR DA.; CHRISTOFFEL, MM; SOUZA, KV DE .**História, conquistas e perspectivas no cuidado à mulher e à criança.** *Texto & Contexto - Enfermagem* , v. 14, n. 4, pág. 585–593, fora. 2005. Disponível: [tps://doi.org/10.1590/S0104-07072005000400016](https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000400016). Acesso em junho de 2023.

SCHOEN-FERREIRA, TH; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, EF DE M..**Adolescência através dos séculos.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa* , v. 26, n. 2, pág. 227–234, abr. 2010. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>. Acesso em junho de 2023.

SU, Z; MCDONNELL, D. et al. **Mental health Solutions for domestic violence victims amid.** COVID-19: a review of the literature. *Globalization And Health*. v 67, Junho, 2021. TRAD, L. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro. v 19, 777-796, maio, 2009. Disponível: <https://globalizationandhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12992-021-00710-7>.

STEARNS. P. N. **A infância.** Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

TOCANTINS. Comitê de prevenção à violência no ambiente escolar anuncia protocolo de segurança e aplicativo para denúncias. Disponível: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/comite-de-prevencao-a-violencia-no-ambiente-escolar-anuncia-protocolo-de-seguranca-e-aplicativo-para-denuncias/1xf7oj1mtkgz>. Acesso em setembro de 2023.

TOCANTINS, G. M. DE O.; WIGGERS, I. D. Infância e mídias digitais: histórias de crianças e adolescentes sobre seus cotidianos. **Cadernos CEDES**, v. 41, n. 113, p. 76–83, jan. 2021. Disponível: <https://doi.org/10.1590/CC231445>. Acesso em setembro de 2023.

TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C.. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 46, n. 2, p. 471–498, abr. 2016.

Disponível: <https://doi.org/10.1590/0101-416146277ptf>. Acesso em setembro de 2023.

TRAD, L. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro.** v 19, 777-796, maio, 2009.

UNICEF- **Fundo das Nações Unidas para a infância. Nota técnica: Proteção da criança durante a Pandemia do Coronavírus.** Brasília: UNICEF, 2019. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/7516/file/nota-tecnica_protecao-da-crianca-durante-a-pandemia-do-coronavirus.pdf. Acesso em: 20 de maio de 2021.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**, 2021. disponível: <https://www.unicef.org/brazil/media/16421/file>. Acesso em julho de 2023.

UNICEF. **Bullying e Violência Escolar.** Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar>. Acesso setembro de 2023.

VIANA, Meire Nunes, **Psicologia Escolar: que fazer é esse?** Brasília: Conselho Federal de Psicologia - CFP, 2016. Disponível: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web-1.pdf. Acesso: julho de 2023.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 81–103, 2002. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>. Acesso em setembro de 2023.

VIEGAS, W. Fundamentos lógicos da metodologia científica. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A

CARTA CONVITE

À Direção da Escola Municipal de Tempo Integral de Palmas-TO

Assunto: Carta Convite

Venho por meio deste convidar vossa senhoria e os demais professores que integram o quadro de profissionais da educação da Escola Municipal de Tempo Integral de Palmas-TO, há no mínimo 5 (cinco) anos, para participarem da pesquisa “VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA”, que tem como objetivo geral “Analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação à violência, após isolamento social pela Covid 19”.

Para referida pesquisa, todos os professores que atuam há, no mínimo, 5 (cinco) anos na Escola, estão convidados a responder um questionário, que será entregue aos mesmos e disponibilizado, em formato físico, na secretaria da Escola. Solicito, gentilmente, que Vossa Senhoria apresente aos professores essa carta convite, para que os mesmos tenham ciência da pesquisa.

Solicito, também, que indique dois professores para participarem de um Grupo Focal (encontro em que sujeitos conversam sobre determinada temática), que acontecerá nas dependências da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas, com duração de aproximadamente 3 (três) horas.

O Grupo Focal terá a participação de professores das Escolas Municipais de Tempo Integral de Palmas-TO, para conversarem sobre a temática violência e comportamento das crianças e adolescentes após isolamento social. O Grupo Focal será gravado em mídia digital (somente serão gravados os sons), e coordenado por uma pesquisadora com expertise em dinâmica de grupo, um coordenador auxiliar (estudante de programa de pós-graduação stricto sensu da UFT), e uma acadêmica do Curso de Medicina da UFT realizará a

observação e registro dos acontecimentos em diário de campo. A data e horário serão informados aos professores indicados, via e-mail e/ou telefone.

Para indicação dos professores, sugiro que, caso mais de dois manifestem interesse de participar do grupo focal, seja feito sorteio para seleção. Solicito, gentilmente, que me seja encaminhado, via e-mail (leidienesantos@mail.uft.edu.br) e/ou telefone (63 99985-0842), “nome”, “e-mail” e “telefone” dos professores selecionados para participarem do Grupo Focal.

Orientações adicionais em relação à pesquisa (data, horário, forma de participação, questões éticas etc) e esclarecimentos de dúvidas podem ser realizadas via e-mail (leidienesantos@mail.uft.edu.br), telefone (63 99985-0842), durante visita das pesquisadoras às escolas e/ou durante o Grupo Focal.

Certa de contar com vossa colaboração, antecipo meus agradecimentos e me coloco a disposição para quaisquer esclarecimento.



ProfaDraLeidiene Ferreira Santos
CURSO DE ENFERMAGEM-UFT
Telef.: (63) 9 9985-0842

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Leidiene Ferreira Santos

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntária do estudo **“VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA”**. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se você tiver dúvidas, poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Caso não deseje participar desse estudo, informo que não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo por isso. Caso aceite participar e a qualquer momento resolva retirar seu consentimento, você poderá retirar sua autorização e não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo por isso. Para retirar sua autorização basta entrar em contato comigo, via telefone (63) 99985 0842 ou pelo e-mail leidienesantos@mail.uft.edu.br. Esse estudo tem como objetivo geral “Analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação à violência, após isolamento social pela Covid 19” e como objetivos específicos: “Verificar associação entre mudanças no comportamento de crianças e adolescentes, em relação a violência, e isolamento social pela Covid 19; Verificar mudanças nas relações interpessoais de crianças e adolescentes após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por crianças e adolescentes, no cenário escolar, após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por famílias a atores sociais que atuam na escola após isolamento social em virtude da Covid 19; e Identificar situações de doença mental na criança e adolescentes após isolamento social em virtude da Covid 19”. Espera-se que os resultados desse estudo possam dar visibilidade às novas demandas das crianças, adolescentes e professores, em relação a aspectos relacionais, de saúde, bem estar e de prevenção e manejo da



Assinatura do pesquisador responsável

violência, com vistas a contribuir para a “re”construção estratégias de proteção e promoção da saúde, por profissionais que atuam na rede de proteção à criança e adolescentes, e no contexto da educação, direcionadas às reais demandas desses grupos. Nesse estudo, esta etapa da coleta de dados se dará por meio de Grupo Focal (encontro em que sujeitos conversam sobre determinada temática), que acontecerá nas dependências da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas, com duração de aproximadamente 3 (três) horas. O Grupo Focal será gravado em mídia digital (somente serão gravados os sons), e coordenado por uma pesquisadora com expertise em dinâmica de grupo, um coordenador auxiliar (estudante de programa de pós-graduação stricto sensu da UFT), e uma acadêmica do Curso de Medicina da UFT realizará a observação e registro dos acontecimentos em diário de campo. Informo que nenhuma informação que possa identificá-lo(a) ou, eventualmente, prejudicá-lo(a) será divulgada. Em nenhum momento seu nome será apresentado nos resultados da pesquisa ou qualquer informação que possa revelar sua identidade. Em relação aos riscos, eventualmente, durante o Grupo Focal, você poderá sentir-se constrangido(a), inibido(a), com vergonha, com receio de revelar informações, ter sentimento de invasão de privacidade, estigmatização ou poderá ter recordações negativas. Entretanto, como forma de amenizar os aspectos citados, você será orientado a somente responder/participar das discussões que forem de seu desejo e se sentir-se à vontade. Além disso, a qualquer momento você poderá se retirar do Grupo Focal sem que haja qualquer penalidade ou exposição. Se você aceitar participar desta pesquisa, ao participar do Grupo Focal, terá a oportunidade de conversar com outros professores sobre questões relacionadas a sua prática profissional e comportamento das crianças e adolescentes, em relação a violência. Suas respostas serão gravadas, mas sua identidade será mantida em absoluto sigilo. Além disso, os arquivos de áudio serão protegidos por senha e somente eu terei acesso aos mesmos. Entretanto, se você sofrer algum dano de qualquer natureza, que tenha sido decorrente desta pesquisa, eu serei considerada responsável por tal prejuízo, fornecendo-lhe o amparo necessário e adequado em qualquer período, durante ou após a pesquisa. Em relação aos benefícios dessa pesquisa, ela poderá proporcionar-lhe reflexão acerca de sua prática profissional e “re”construção de conhecimento em

relação a violência infantojuvenil. Além disso, você terá a oportunidade de falar diretamente com uma enfermeira, que poderá esclarecer dúvidas sobre a temática. Em relação a ressarcimento e indenização, informamos que não haverá ressarcimento em relação ao investimento para descolamento até à UFT, para participar do Grupo Focal. No entanto, caso seja identificado e comprovado dano proveniente desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Informo que a qualquer momento você poderá obter esclarecimentos sobre essa pesquisa. Terá também a liberdade e o direito de recusar a sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bastando entrar em contato com a pesquisadora, por e-mail (leidienesantos@mail.uft.edu.br) ou telefone (63 99985 0842). Além disso, você tem garantido o direito de acesso aos resultados (parciais e finais) deste estudo, a qualquer momento, bastando solicitar pelo e-mail ou telefone informados. Você não será identificado(a) em nenhuma possível publicação deste trabalho. Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Leidiane Ferreira Santos, na UFT, no Curso de Enfermagem. Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 Plano Diretor Norte; Lab 4 (em frente ao bloco J), sala 01; CEP 77001-090; Palmas/TO; pelo e-mail leidienesantos@uft.edu.br; ou por telefone (63) 99985-0842. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/ UFT. Este Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/UFT) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética, ou seja, que não prejudique os participantes. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicada de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone (63) 3229-4023 ou pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br. Você poderá também comparecer pessoalmente ao CEP, que está localizado no Prédio do Almoxarifado, Câmpus de Palmas-TO. O horário de funcionamento do CEP ao público ocorre de segundas e terças-feiras, das 14h às 17h e quartas e quintas-feiras, das 9h às 12h. Em relação a confidencialidade e avaliação dos registros, a sua identidade, como

de todos(as) os(as) outros(as) voluntários (as), será mantida em total sigilo, tanto pela pesquisadora, como pela instituição onde será realizada a pesquisa. Na divulgação dos resultados desse estudo, não haverá seu nome ou qualquer dado pessoal, que permita identificá-lo(a). Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e por você, ficando uma via com cada um(a) de nós.

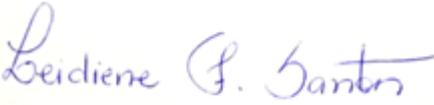
Consentimento Pós-Informação

Eu, _____
_, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer, o porquê precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do estudo, sabendo que não receberei compensação financeira pela minha participação, neste estudo. Além disso, fui informado(a) que, se eu desejar, posso sair da pesquisa quando quiser.

_____/_____/_____
Assinatura Pesquisadora Responsável

_____/_____/_____
Assinatura da Participante Voluntária

_____/_____/_____
Assinatura da Testemunha


Assinatura do pesquisador responsável

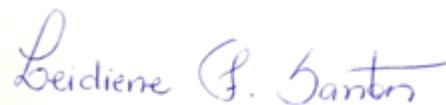
APÊNDICE C
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu _____ (NOME DO PARTICIPANTE), depois de entender os riscos e benefícios que a pesquisa intitulada “**VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA**”, poderá trazer e entender especialmente, como será feita a coleta de dados e a necessidade da gravação da minha voz, durante o encontro do Grupo Focal, AUTORIZO, por meio deste termo, a pesquisadora Leidiene Ferreira Santos ou outro membro desta equipe de pesquisa, a que fui devidamente apresentado(a), a realizar a gravação de minha participação (voz) no grupo focal, sem custos financeiros para nenhuma parte. Esta AUTORIZAÇÃO foi concedida por causa do compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

1. poderei ler a transcrição (escrita do que foi falado) da minha gravação;
2. os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a pesquisa aqui relatada e outras publicações em revistas científicas e congressos;
3. meu nome ou qualquer outra identificação não serão revelados em nenhuma das vias de publicação das informações geradas na pesquisa;
4. qualquer outra forma de utilização dessas informações somente poderá ser feita depois da minha autorização;
5. os dados coletados serão guardados por 5 anos, sob a responsabilidade da pesquisadora DraLeidiene Ferreira Santos, e após esse período serão destruídos;
6. serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento e/ou solicitar a posse da gravação e transcrição da minha entrevista.

Palmas, ____/____/2022.

- Concordo com a gravação da minha voz durante o Grupo Focal desta pesquisa.
- Não concordo com a gravação da minha voz durante o Grupo Focal desta pesquisa.



Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE D
Questões disparadoras para o Grupo Focal

1. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança no comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar?
2. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança nas relações interpessoais das crianças e adolescentes no ambiente escolar?
3. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, houve mudança no comportamento das crianças e adolescentes, em relação a violência, no ambiente escolar?
4. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes que não existiam anteriormente?
5. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes, no cenário escolar, que não existiam ou são diferentes das anteriores?
6. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam ou são diferentes das anteriores?;
7. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas pelas famílias das crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam ou são diferentes das anteriores?
8. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, as crianças e adolescentes passaram a apresentar algum tipo de doença mental?

APÊNDICE E

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS/QUESTIONÁRIO

1. Escola:

2. Idade: _____ 3. Sexo: ()Feminino ()Masculino
 4. Há quantos anos trabalha como professor no ensino infantil: _____
 5. Há quantos anos trabalha como professor no ensino infantil nesta escola: _____
 6. Possui nível superior? () Não () Sim. Se sim, formou-se quando: _____
 7. Caso possua formação em nível superior, qual área? _____
 8. Possui pós-graduação? () Não () Sim. Se sim, qual(is): _____

As questões a seguir apresentam a seguinte ordem de pontuação: 1. “discordo totalmente”; 2. “discordo parcialmente”; 3. “não discordo e não concordo”; 4. “concordo parcialmente” e 5. “concordo totalmente”.

Questão 1. Na sua opinião, o isolamento social, em virtude da Covid 19, contribuiu para mudanças no comportamento das crianças e adolescentes no ambiente escolar.

- () 1. “discordo totalmente”
- () 2. “discordo parcialmente”
- () 3. “não discordo e não concordo”
- () 4. “concordo parcialmente”
- () 5. “concordo totalmente”.

Questão 2. Na sua opinião, o isolamento social, em virtude da Covid 19, contribuiu para mudanças nas relações interpessoais das crianças e adolescentes no ambiente escolar.

- () 1. “discordo totalmente”
- () 2. “discordo parcialmente”
- () 3. “não discordo e não concordo”
- () 4. “concordo parcialmente”
- () 5. “concordo totalmente”.

Questão 3. Na sua opinião, o isolamento social, em virtude da Covid 19, contribuiu para mudanças no comportamento das crianças e adolescentes, em relação a violência, no ambiente escolar?

- () 1. “discordo totalmente”
- () 2. “discordo parcialmente”
- () 3. “não discordo e não concordo”
- () 4. “concordo parcialmente”
- () 5. “concordo totalmente”.

Questão 4. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes que não existiam anteriormente?

- () 1. “discordo totalmente”
- () 2. “discordo parcialmente”
- () 3. “não discordo e não concordo”
- () 4. “concordo parcialmente”
- () 5. “concordo totalmente”.

Questão 5. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes, no cenário escolar, são diferentes (mais graves) das anteriores?

- () 1. “discordo totalmente”
- () 2. “discordo parcialmente”
- () 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 6. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam anteriormente.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 7. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que são diferentes (mais graves) das anteriores.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 8. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a professores que atuam na escola que não existiam anteriormente.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 9. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a professores que atuam na escola que são diferentes (mais graves) das anteriores.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 10. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas pelas famílias das crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que não existiam anteriormente.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 11. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas pelas famílias das crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola que são diferentes (mais graves) das anteriores.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

Questão 12. Na sua opinião, após período de isolamento social, em virtude da Covid 19, há situações de violência praticadas pelas famílias das crianças e adolescentes a professores que atuam na escola que não existiam anteriormente.

() 1. “discordo totalmente”

() 2. “discordo parcialmente”

() 3. “não discordo e não concordo”

() 4. “concordo parcialmente”

() 5. “concordo totalmente”.

APÊNDICE F

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Leidiene Ferreira Santos

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntária do estudo **“VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA”**. Este documento, chamado “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se você tiver dúvidas, poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Caso não deseje participar desse estudo, informo que não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo por isso. Caso aceite participar e a qualquer momento resolva retirar seu consentimento, você poderá retirar sua autorização e não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo por isso. Para retirar sua autorização basta entrar em contato comigo, via telefone (63) 99985 0842 ou pelo e-mail leidienesantos@mail.uft.edu.br. Esse estudo tem como objetivo geral “Analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação à violência, após isolamento social pela Covid 19” e como objetivos específicos: “Verificar associação entre mudanças no comportamento de crianças e adolescentes, em relação a violência, e isolamento social pela Covid 19; Verificar mudanças nas relações interpessoais de crianças e adolescentes após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por crianças e adolescentes, no cenário escolar, após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por crianças e adolescentes a atores sociais que atuam na escola após isolamento social em virtude da Covid 19; Descrever situações de violência praticadas por famílias a atores sociais que atuam na escola após isolamento social em virtude da Covid 19; e Identificar situações de doença mental na criança e adolescentes após isolamento social em virtude da Covid 19”. Espera-se que os resultados desse estudo possam dar visibilidade às novas demandas das crianças, adolescentes e professores, em relação a aspectos relacionais, de saúde, bem estar e de prevenção e manejo da



Assinatura do pesquisador responsável

violência, com vistas a contribuir para a “re”construção estratégias de proteção e promoção da saúde, por profissionais que atuação na rede de proteção à criança e adolescentes, e no contexto da educação, direcionadas às reais demandas desses grupos. Nesse estudo a coleta de dados a qual está sendo convidado(a) a participar, se dará por meio do preenchimento de um questionário, entregue a você por uma das pesquisadoras e/ou disponibilizado, em formato físico, na secretaria da escola a qual trabalha. Informo que você levará em torno de 10 (dez) minutos para preencher o referido questionário. Registro que nenhuma informação que possa identificá-lo(a) ou, eventualmente, prejudicá-lo(a) será divulgada. Em nenhum momento seu nome será apresentado nos resultados da pesquisa ou qualquer informação que possa revelar sua identidade. Em relação aos riscos, eventualmente, durante o preenchimento do questionário, você poderá sentir-se constrangido(a), inibido(a), com vergonha, com receio de revelar informações, ter sentimento de invasão de privacidade, estigmatização ou poderá ter recordações negativas. Entretanto, como forma de amenizar os aspectos citados, você será orientado a somente responder somente as questões que forem de seu desejo e se sentir-se à vontade. Além disso, a qualquer momento você poderá interromper o preenchimento do questionário e somente concluí-lo se for de seu desejo, sem que haja qualquer penalidade ou exposição. Se você aceitar participar desta pesquisa, terá a oportunidade de refletir sobre questões relacionadas a sua prática profissional e comportamento das crianças e adolescentes, em relação a violência, bem como conversar com as pesquisadoras sobre dúvida em relação a temática. Suas respostas serão registradas em banco de dados eletrônico, mas sua identidade será mantida em absoluto sigilo. Além disso, os arquivos eletrônicos serão protegidos por senha e somente eu terei acesso aos mesmos. Entretanto, se você sofrer algum dano de qualquer natureza, que tenha sido decorrente desta pesquisa, eu serei considerada responsável por tal prejuízo, fornecendo-lhe o amparo necessário e adequado em qualquer período, durante ou após a pesquisa. Em relação aos benefícios dessa pesquisa, ela poderá proporcionar-lhe reflexão acerca de sua prática profissional. Além disso, você terá a oportunidade de falar diretamente com uma enfermeira, que poderá esclarecer dúvidas sobre a temática. Em relação a ressarcimento e indenização, informamos que esta pesquisa não acarretará

nenhum custo para você, pois o questionário estará disponível a você na escola e poderá ser respondido em local de sua preferência. No entanto, caso seja identificado e comprovado dano proveniente desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização. Informo que a qualquer momento você poderá obter esclarecimentos sobre essa pesquisa. Terá também a liberdade e o direito de recusar a sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, bastando entrar em contato com a pesquisadora, por e-mail (leidienesantos@mail.uft.edu.br) ou telefone (63 99985 0842). Além disso, você tem garantido o direito de acesso aos resultados (parciais e finais) deste estudo, a qualquer momento, bastando solicitar pelo e-mail ou telefone informados. Você não será identificado(a) em nenhuma possível publicação deste trabalho. Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Leidiane Ferreira Santos, na UFT, no Curso de Enfermagem. Endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS-15, ALCNO-14 Plano Diretor Norte; Lab 4 (em frente ao bloco J), sala 01; CEP 77001-090; Palmas/TO; pelo e-mail leidienesantos@uft.edu.br; ou por telefone (63) 99985-0842. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos – CEP/ UFT. Este Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/UFT) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante de pesquisa sejam respeitados. O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética, ou seja, que não prejudique os participantes. Se você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicada de alguma forma, você pode entrar em contato com o CEP da Universidade Federal do Tocantins pelo telefone (63) 3229-4023 ou pelo e-mail: cep_uft@uft.edu.br. Você poderá também comparecer pessoalmente ao CEP, que está localizado no Prédio do Almoxarifado, Câmpus de Palmas-TO. O horário de funcionamento do CEP ao público ocorre de segundas e terças-feiras, das 14h às 17h e quartas e quintas-feiras, das 9h às 12h. Em relação a confidencialidade e avaliação dos registros, a sua identidade, como de todos(as) os(as) outros(as) voluntários (as), será mantida em total sigilo, tanto pela pesquisadora, como pela instituição onde será realizada a pesquisa. Na divulgação dos resultados desse estudo, não haverá seu nome ou qualquer

dados pessoais, que permita identificá-lo(a). Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e por você, ficando uma via com cada um(a) de nós.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____
_____, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer, o porquê precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do estudo, sabendo que não receberei compensação financeira pela minha participação, neste estudo. Além disso, fui informado(a) que, se eu desejar, posso sair da pesquisa quando quiser.

_____/_____/_____
Assinatura Pesquisadora Responsável

_____/_____/_____
Assinatura da Participante Voluntária

_____/_____/_____
Assinatura da Testemunha

ANEXO 1 – APROVAÇÃO COMITÊ DE ÉTICA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS -
UFT



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL: REFLEXOS DA PANDEMIA NO COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA PERSPECTIVA DA ESCOLA

Pesquisador: Leidiane Ferreira Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64901022.0.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.831.236

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa de abordagem mista, quali-quantitativa, que tem como objetivo geral analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação a violência, após isolamento social pela Covid 19. A amostra será composta por professores de escolas de tempo integral da rede municipal de ensino de Palmas, Tocantins, Brasil, e espera-se, a partir de percepções de atores sociais que atuam no cenário escolar, dar visibilidade as novas demandas das crianças, adolescentes e professores, em relação a aspectos relacionais, de saúde, bem estar e de prevenção e manejo da violência, com vistas a contribuir para a "re"construção estratégias de proteção e promoção da saúde, por profissionais que atuação na rede de proteção a criança e adolescentes, e no contexto da educação, direcionadas as reais demandas desses grupos, justificando-se, assim, a relevância científica e importância social dessa pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o comportamento de crianças e adolescentes, em relação à violência, após isolamento

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Predio da Retoria, 2º Pavimento, Sala 16.
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3229-4023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

